



international investment bank, S. A.



Relatório & Contas 2022

Your Bank, Your Future
O seu Banco, O seu Futuro



| Índice

1. Relatório de Gestão	15
Mensagem do Conselho de Administração	15
2. O Banco	17
2.1 Capital Social e Estrutura Acionista	17
2.2 Órgãos Sociais	17
2.3 Estrutura Orgânica	19
2.4 Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações	19
2.5 Capital Humano e Responsabilidade Social	19
2.5.1 Capital Humano	19
2.5.2 Sustentabilidade e Responsabilidade Social	20
3. Enquadramento Económico 2022	21
3.1 Enquadramento Internacional	21
3.2 Enquadramento Nacional	22
4. Resumo da Atividade	24
4.1 Estratégia e Modelo de Negócio	24
4.2 Síntese da atividade	24
5. Análise do Risco do Crédito	26
5.1 Carteira de Crédito	26
5.2 Análise e Gestão do Risco de Crédito	28
6. Análise da Evolução da Atividade	35
6.1 Balanço	35
6.1.1 Ativo	35
6.1.2 Passivo	36
7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais	38
7.1 Resultados	38
7.2 Rácios Financeiros	39
7.3 Rácios de Performance	40
7.4 Rácios Prudenciais	40

8. Notas Finais	42
8.1 Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada	42
8.2 Proposta de Aplicação dos Resultados	43
8.3 Agradecimentos	43
II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas	44
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2021	49
III. Informação sobre o Governo da Sociedade	126
1. Estrutura Organizacional e Governativa	126
1.1 Organigrama 2022	126
2. Descrição das Fundações e Responsabilidades de cada Membro do Órgão de Administração da Instituição	127
3. Unidades de Negócios	128
3.1 Comercial	128
3.2 Financeiro e Gestão de Ativos e Passivos	128
4. Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos	129
4.1 Risco Global	129
4.2 Compliance	129
4.3 Auditoria Interna	130
5. Suporte ao Negócio	131
5.1 Tecnologia de Informação	131
5.2 Operações	131
5.3 Contabilidade	132
5.4 Recuperação de Crédito	132
5.5 Jurídico	132
6. Capital Humano	133

| Nossa Presença



| Propósito

Ajudar as
pessoas
a alcançar
suas
ambições

O nosso objectivo deriva da essência da nossa marca. Representa
as nossas ambições e aspirações.

Inspira-nos a fazer o que fazemos e como o fazemos.

| Essência da Marca

Transformando Vidas

| Os Nossos Valores

Parceria



A parceria significa que **colaboramos** e isso traz-nos **sucesso**. Todas as nossas relações são mutuamente **benéficas**, dando um sentido de propriedade, **responsabilidade** e **responsabilização** para nos mantermos **fiéis** ao que fazemos.

Inovação



Com o **Conhecimento** vem a Inovação. Acreditamos que qualquer problema tem uma **solução** e esta pode ser alcançada através da **lógica** e da razão. A nossa mão-de-obra diversificada gera criatividade **orgânica**, levando à **inovação** nas nossas ofertas de produtos e serviços.

Compromisso



Estamos comprometidos com os nossos **colaboradores**, os nossos **clientes** e os nossos **stakeholders**. Acreditamos que com o compromisso vem a **excelência**, orientando-nos para o **melhor** resultado possível em qualquer cenário.

| Equipa de Gestão





Aicha Correia
Head of Finance & ALM



Leida Semedo
Head of Human Capital



Elsa Almada
Head of Risk



Hugo Rocha
Head of IT



Carla Melício
Head of Recovery - REO



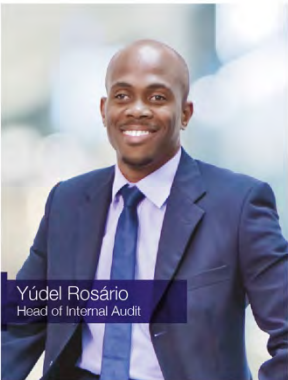
Lenira Monteiro
Head of Accounting



Karin Barros
Head of Compliance



Leila Carvalho
Head of Operations



Yúdel Rosário
Head of Internal Audit



Djasmin Ferreira
Head of Legal



Nelson Leocádio
Head of Marketing



Giselle Tolentino
Head of Corporate South



Félix Gomes
Head of Private



Jailson Frederico
Head of the Praia Branch



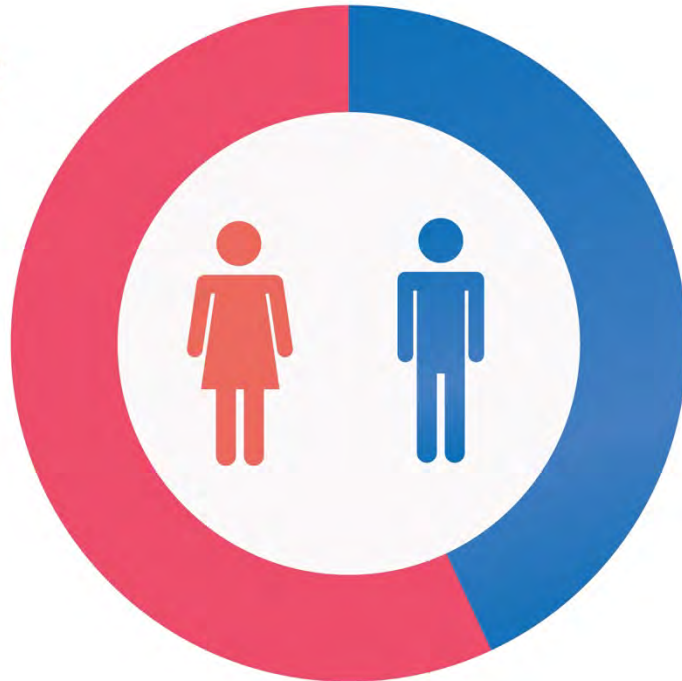
Naldina Lima
Head of the Sal Branch



Marlene Silva
Relationship Manager

Igualdade de Gênero

MULHERES
60%



40%
HOMENS



“Desenvolvemos uma cultura de diversidade e inclusão. A nossa representação feminina é atualmente de 60% e estamos a fazer um esforço concertado para melhorar o nosso rácio de diversidade.”

| Informação da Empresa

Administração e contatos em 31 de dezembro de 2021.

Acionistas: iibGroup Holdings
Novo Banco, S.A.

Comissão Executiva: Francisco Ferreira - CEO
José Soares - COO
Sérgio Martinho - CFO

Sede: Av. Cidade de Lisboa, C.P. 35,
Praia - Santiago
Cabo Verde

Auditores: Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico Apartamento 305 - 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa - Praia - Santiago

A. Principais Indicadores

	31.12.2022	31.12.2021	30.12.2020
ATIVIDADE (milhares de CVE)			
Ativo Líquido	36 778 787	30 013 984	19 588 642
Crédito a Clientes (bruto)	7 317 373	5 482 273	5 444 853
Recursos ⁽¹⁾	17 822 555	14 897 845	14 236 967
Margem Financeira	637 827	521 729	464 087
Produto Bancário (PB)	786 299	725 463	514 896
Cash-Flow	492 675	444 249	210 876
Resultado do Exercício	433 140	337 155	190 362
FUNCIONAMENTO			
Número de Empregados	43	39	40
LIQUIDEZ			
Recursos no Banco Central (mCVE)	612 091	830 406	702 301
Rácio de Transformação de Depósitos em Crédito (%) ⁽²⁾	41	37	38
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)			
Sinistralidade = Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	1,03	1,47	2,49
Imparidade/Crédito Vencido > 90 dias	122,01	125,25	60,55
Imparidade/Crédito a Clientes	1,25	1,85	1,51
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA			
Ativo Médio/Número Médio de Empregados (mCVE)	814 546	627 881	446 159
Cash Flow/Número Médio de Empregados (mCVE)	12 016	11 247	5 407
Custos de Estrutura/Activo Médio (%)	0,88	1,13	1,75
Cost-to-Income (%)	42,39	43,93	66,49

(1) Os Recursos de clientes incluem as Responsabilidades representadas por títulos

(2) O Rácio de transformação é dado pela relação entre o crédito a clientes e os recursos de clientes

B. Resultados e Rendibilidade

	31.12.2022	31.12.2021	30.12.2020
BALANÇO (milhares de CVE)			
Ativo Líquido (AL)	36 778 787	30 013 984	19 588 642
Ativos Financeiros (AF)	27 380 446	18 537 483	9 348 673
Capital Próprio (KP)	2 243 531	1 789 901	1 492 561
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhares de CVE)			
Margem Financeira (MF)	637 827	521 729	464 087
+ Margem Complementar (MC)	148 472	203 733	50 809
= Produto Bancário (PB)	786 299	725 462	514 896
- Custos Operativos (CO)	333 276	318 675	342 358
= Resultado Bruto (RB)	453 023	406 787	172 538
- Provisões líquidas de Reposições (PV)	(33 867)	(13 775)	(49 346)
= Resultado antes de Impostos (RAI)	486 890	420 562	221 884
- Impostos (I)	(53 750)	(83 408)	31 523
= Resultado Líquido do Exercício (RL)	433 140	337 154	190 361
RENDIBILIDADE (%)			
Margem Financeira (RF/AF)	2,33	2,81	4,96
Margem de Negócio (PB/AF)	2,87	3,91	5,51
- Relevância Custos Operativos (CO/AF)	1,22	1,72	3,66
- Relevância Provisões (PV/AF)	(0,12)	(0,07)	(0,53)
= Rendibilidade dos Activos Financeiros (RL/AF)	1,97	2,72	2,04
x Relevância Activos Financeiros (AF/AL)	74%	62%	48%
= Rendibilidade do Activo "ROA" (RL/AL)	1,18	1,12	0,97
x Multiplicador das Aplicações (AL/KP)	1639%	1677%	1312%
= Rendibilidade dos Capitais Próprios "ROE" (RL/KP)	24,20	22,59	15,20

I. Relatório de Gestão

1 Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Clientes, Colaboradores e restantes *Stakeholders*,

O ano de 2022 terminou e com ele se definiu os resultados acumulados de uma estratégia desenhada para o triénio de 2020-2022.

A estratégia desenvolvida e, de forma subsequente, implementada assentou na definição de uma identidade corporativa e de uma cultura de trabalho comum, com reflexo numa alteração substantiva do modelo de *Governance*, adotando-se uma estrutura organizacional fluída e tendencialmente horizontal, em detrimento do tradicional e hierárquico, tendo por base premissas de comunicação aberta e que suportam fóruns de gestão transparentes e participativos.

Com a ambição partilhada de sermos o banco internacional que melhor conhece Cabo Verde, encetamos o desenvolvimento da atividade numa perspetiva “de onde estivermos para o mundo”, nunca deixando de reconhecer que o fator diferenciador da atividade decorre da superior capacitação e diferenciação do nosso Capital Humano, que, através de relevantes programas de formação, desenvolvimento e proteção ao colaborador, ao longo deste período contribuiu, de forma determinante, para a implementação de um banco “De Pessoas para Pessoas”, que se apresenta diariamente com a vontade de “Fazer Diferente, para fazer a Diferença”.

A nossa equipa, em contextos de grande adversidade, afirmou-se pelo seu trabalho e pela sua dedicação, dedicando-se a ajudar a nossa Instituição, os nossos Clientes e Fornecedores, bem como todos os outros *Stakeholders*, a desenvolverem a sua atividade, num período de desafios sem precedentes. A equipa desenvolveu-se, evoluiu nas suas capacidades, no conhecimento e experiência adquiridos e, por isso, queria assumir a posição de um agente económico de relevo, com capacidade para fazer “o que ainda não foi feito” e, assim, ser capaz de traduzir mais e melhor valor.

É esta vontade da nossa equipa que marca, de forma determinante, o exercício de 2022!

Em 2022, apesar dos efeitos decorrentes da guerra na Ucrânia, com base no nosso plano estratégico e pela vontade de inovar, continuamos a crescer, tendo registado um aumento do total de ativo de 23% (2021:53% e 2020: 29%), crescimento suportado por uma estrutura de financiamento ainda mais estável e diversificada, à qual corresponde uma composição dos ativos com capacidade de oferecer um retorno ajustado ao risco superior, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, mediante a concretização de um resultado líquido de 433 MCVE, que ganha especial importância por estar acompanhado de níveis confortáveis de solvência e liquidez, que se fixaram em 36% (CT1) e 315% (LCR). Este exercício constitui, por isso, o melhor de sempre na história da organização!

No que concerne à carteira de crédito, o Banco mantém o posicionamento prudente ao nível da concessão, bem como no acompanhamento e monitorização, que se caracterizam por uma gestão proativa do portfolio, que deverá continuar a assegurar um acompanhamento diferenciado dos clientes, fator determinante na recuperação de créditos não produtivos (NPLs), cuja proporcionalidade se fixou em 1,03%.

Num preceito de melhoria contínua, implementamos a nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, na qual alinhamos os nossos princípios e valores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (“ONU”). Neste processo evolutivo, passamos também a incorporar estes princípios na criação e desenvolvimento dos nossos produtos e serviços, tendo sido a primeira instituição em Cabo Verde a criar um Depósito a Prazo Indexado, cuja estrutura conduziu, de forma subsequente, à emissão de uma Obrigação Social, no qual, em ambos, parte da remuneração visou financiar a nobre causa desenvolvida pelas Aldeias Infantis SOS Cabo Verde.

Neste período de três exercícios, através de cooperações relevantes com as mais diversas e honrosas instituições, que, com princípios e valores compatíveis com os nossos, se dedicam a tão excelsas causas, teremos sido capazes de tocar, aproximadamente, 54.500 vidas.

Afirmamo-nos também como o *player* mais ativo no mercado de capitais, com significativa expressão no mercado primário e secundário, sendo o emissor privado mais relevante, tendo emitido uma Obrigação Social, “iib Solidary Indexed Bond”, uma Obrigação Subordinada, “iib Subordinated Participation Bond, o primeiro derivado emitido em Cabo Verde, “Credit Linked Notes – iib PRAE – Programa de Reestruturação e Apoio à Economia, e a maior emissão alguma vez emitida numa única série, o “iib 3SSenior Bond”.

De forma subsequente, já em março de 2023, procedemos à primeira emissão de uma Obrigação Azul em Cabo Verde, realizada com a participação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (“PNUD”) e do Joint SDG Fund, denominada “iib Marine and Ocean-based Blue Bond”, o que marca uma nova fase do nosso processo evolutivo, que visa contribuir, de uma forma direcional, para o desenvolvimento da economia, devidamente alinhada com as diretrizes e melhores práticas internacionais.

Confiantes de que o melhor que temos para oferecer ainda está por fazer, reiteramos o compromisso de aqui permanecermos, para servir Cabo Verde, subscrevendo-nos coma mais elevada estima e consideração.

Muito obrigado!

O Conselho de Administração,

2 O Banco

O international investment bank, S.A. (iibCV) iniciou a sua atividade no mercado cabo-verdiano em julho de 2010, enquanto subsidiária financeira integralmente detida pelo Novo Banco, em Portugal.

Em 11 de julho de 2018, no âmbito da sua estratégia de aquisições, o iibGroup Holding WLL (“iibGroup”) adquiriu 90% do capital do Banco, mantendo-se o Novo Banco como acionista de referência sobre o restante capital, bem como privilegiado correspondente institucional.

Atualmente formado por uma equipa de profissionais jovens, motivados e diferenciados, o iibCV vem desenvolvendo a sua atividade com a ambição de se tornar um banco de referência na atração de talento, valorização do capital humano e na captação e geração de valor decorrente de fluxos económicos e financeiros, junto a Instituições Financeiras, Empresas e Particulares, estabelecidos entre Cabo Verde e a região da África Ocidental, com a economia global.

2.1 Capital Social e Estrutura Acionista

O international investment bank, S.A. (iibCV) apresenta um capital social de 1.433.000.000\$00 (mil quatrocentos e trinta e três milhões de escudos), representado por 1.433.000 ações, com valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos) cada.

A atual composição da estrutura acionista da instituição é a seguinte:

Estrutura Acionista

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>Nº Acções</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
IIBG HOLDINGS WLL	1 289 700	1 289 700 000	90,00%
NOVO BANCO África, SGPS - S.A.	143 300	143 300 000	10,00%
TOTAL	1 433 000	1 433 000 000	100%

Nota: O Novo Banco África, SGPS – S.A. é uma entidade detida a 100% pelo Novo Banco, S.A. (Portugal)

2.2 Órgãos Sociais

Os estatutos do international investment bank (iibCV) preveem uma estrutura de governo da sociedade, da qual faz parte um conjunto de órgãos com atribuições específicas, designadamente Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal. A composição de cada órgão é, desta forma, a seguinte:

Assembleia-Geral

Presidente

José Luís Andrade

Secretária

Dina Haikel

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por sete elementos, cinco efetivos e dois suplentes.

Presidente

Sohail Sultan

Vogais

Francisco José Mairós Ferreira

José Alberto Monteiro Soares

Sérgio Miguel Alves Martinho

Syed Khurshid Husain

Filipe Pedro Martin Ferreira

Erda Gercek

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por três elementos.

Presidente

Francisco José Mairós Ferreira

Vogais

José Alberto Monteiro Soares

Sérgio Miguel Alves Martinho

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por cinco elementos, três efetivos e dois suplentes.

Presidente

Ildo Adalberto Lima – Presidente

Vogais

Eunélia Sousa Freitas

Nair Cecília Pereira da Silva

Suplentes

Alexandre Elísio Moreno Ferreira Querido

Afrodite Leocádia de Sousa Reis Borges Monteiro

2.3 Estrutura Orgânica

A operacionalidade do iibCV é suportada por onze (11) departamentos, sendo dois deles áreas de negócios que, de forma transversal, se ocupam da gestão diária de cada uma das atividades que compõem a sua estrutura. Duas Agências e um Posto de Atendimento, estrategicamente localizados, apoiam toda a rede de clientes do Banco, nacional e internacional.

Departamentos Serviços Centrais

Financeiro & Gestão de Ativos e Passivos	Aïcha Correia
Capital Humano	Leida Semedo
Risco Global	Elsa Almada
Tecnologias de Informações	Hugo Rocha
Recuperação de Crédito	Carla Melício
Contabilidade	Lenira Monteiro
Compliance	Karin Barros
Operações	Leila Carvalho
Auditoria Interna	Yúdel do Rosário
Jurídico	Djasmin Ferreira
Marketing	Nelson Leocádio

Departamento Comercial

Corporate Sul	Giselle Tolentino
Corporate Norte	Naldina Lima
Private	Félix Gomes
Agência da Praia	Jailson Frederico
Agência do Sal	Naldina Lima
Posto de Atendimento do Mindelo	Marlene Silva

2.4 Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações

O international investment bank (iibCV) tem sede na Av. Cidade de Lisboa, na cidade da Praia, capital do país, onde funcionam os serviços centrais, assim como a unidade de negócios da Sede. Para além da unidade de negócios na Ilha de Santiago, dispõe ainda de uma segunda unidade, na ilha do Sal.

O Banco passa a contar com presença física em S. Vicente, com a adoção do conceito de Postos de Atendimento, apostando na intensificação da presença do Banco no país e na disseminação da oferta dos produtos e serviços diferenciados que o iibCV tem em carteira.

2.5 Capital Humano e Responsabilidade Social

2.5.1 Capital Humano

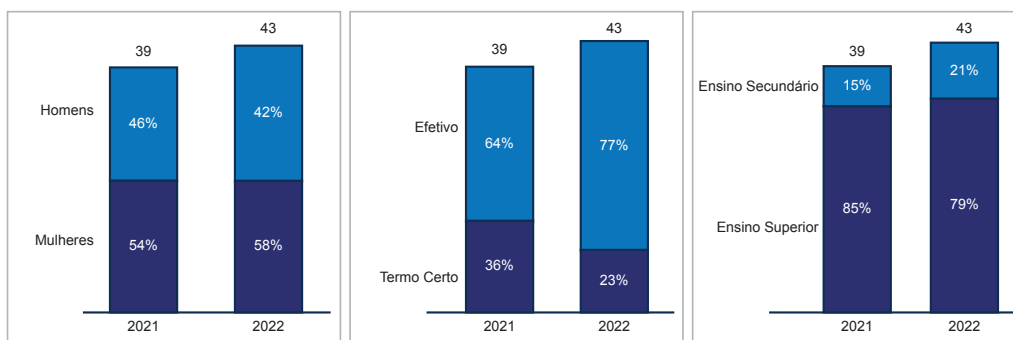
A gestão do capital humano é um dos pilares fundamentais da gestão do iibCV, na medida em que os seus colaboradores são, nas mais variadas funções e níveis de responsabilidade, o fator crítico do seu sucesso.

O iibCV tem como objetivo primordial ser o melhor banco para as suas pessoas e ter profissionais comprometidos e capazes de prestar o melhor serviço para a sociedade, clientes e acionistas. Reflexo dessa abordagem, os colaboradores certificaram o Banco, pelo segundo ano consecutivo, como **Great Place to Work**, classificando a qualidade do ambiente de trabalho como “Excelente”. O iibCV é um Banco que ouve e dá voz aos seus colaboradores, resultando no sentimento coletivo de Confiança, Credibilidade, Imparcialidade, Respeito, Camaradagem e Orgulho, o que motiva a todos a dar o seu contributo para atingir os objetivos propostos e sentirem-se parte da solução.

O Banco obteve essa certificação com uma pontuação de 93% (2021: 85%), tendo sido usado como benchmarking empresas com 20 a 50 colaboradores do setor de Banca e Seguros a nível internacional.

Na vertente da Formação e Desenvolvimento, em 2022, foram lecionadas mais de 800 horas de formação (2021: 600 horas), online e presencial, beneficiando todos os Departamentos e contribuindo para o melhor desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas dos colaboradores do Banco.

Estrutura dos Recursos Humanos a 31-12-2021 e a 31-12-2022



2.5.2 Sustentabilidade e Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social foi iniciada em 2020, sob o lema “6 meses, 6 causas”, com a participação direta dos colaboradores na determinação e indicação de projetos de cariz social a serem beneficiados.

Os pilares de atuação em 2022 foram a Saúde, a Educação e o Ambiente, com um investimento de cerca de 10.000.000\$00 (dez milhões de escudos).

Com o compromisso de estar cada vez mais perto da comunidade, foi aprovado, em Conselho de Administração, a alocação de 2,5% do resultado líquido de 2022 para o orçamento de responsabilidade social de 2023.

O detalhe das atividades levadas a cabo durante 2022 foram apresentados no Relatório de Sustentabilidade referente ao ano.

3 Enquadramento Económico 2022

3.1 Enquadramento Internacional

O Fundo Monetário Internacional (“FMI”) reviu em alta, no início das 2023, as perspetivas de crescimento da economia Global, dos anteriores 2,9% para 3,1%, valores ainda abaixo dos registados em 2022, cifrado em 3,4%, o que continua a refletir uma desaceleração do ritmo de crescimento. Apesar desta desaceleração, o risco de uma recessão global parece permanecer mitigado, pois, apesar da Guerra na Ucrânia e do aumento significativo das taxas de juro pelos Bancos Centrais, especialmente refletido nos dois maiores blocos económicos mundiais, verificou-se uma inesperada melhoria global do ambiente económico, catalisada pela reabertura da economia Chinesa.

Neste contexto, o expoente da incerteza incide sobre a evolução dos preços, com o FMI a perspetivar que a inflação entre num período de evolução moderada, o que permite ao tecido económico acoplar de forma conveniente a sua evolução. Os preços deverão continuar a subir, mas a um ritmo mais lento, após dois anos de aumentos significativos que refletiram um retorno demasiado rápido da procura face a uma oferta desfragmentada devido à quebra das cadeias de valores associadas à produção, logísticas e transportes durante o período relativo à propagação da pandemia do Covid-19, bem como o impacto adicional decorrente da guerra da Ucrânia sobre as matérias-primas energéticas e os cereais. Desta forma e no que concerne à evolução da inflação global, o FMI prevê que diminua de 8,8%, em 2022, para 6,6%, em 2023, e 4,3%, em 2024, níveis ainda superiores aos observados antes da pandemia, quando a taxa de inflação rondava os 3,5%.

Neste contexto, os riscos adversos ter-se-ão moderado com a expectativa que a procura poderá conceder bases suficientes ao crescimento e ser complementada por uma diminuição da inflação mais rápida do que o previsto, num processo que permite ao comércio e aos serviços absorverem os ganhos associados ao aumento generalizado dos preços.

Entre os riscos a monitorizar em 2023, o FMI descreve três fatores predominantes, que correspondem à possibilidade de a China voltar a confrontar-se com um surto grave de Covid-19, à intensificação da guerra na Ucrânia e a uma escassez de liquidez no mercado global que condicione o acesso a financiamento ou que esse financiamento não esteja disponível a níveis adequados, o que exacerbaria as condições de estados, empresas e família em regiões mais fragilizadas.

Aos riscos apontados pelo FMI, soma-se o acumular de ansiedade no mercado financeiro global, decorrente do impacto que o aumento das taxas de juro poderá ter no balanço dos bancos, enquanto consequência de um aumento de créditos não produtivos e da desvalorização acentuada em mercado de ativos de crédito, com remuneração à taxa fixa, detidos pelas instituições financeiras.

Estes receios poderão ter um impacto significativo na disponibilidade de liquidez no mercado monetário e condicionar a capacidade dos bancos se financiarem no mercado internacional a curto prazo, com potencial mecanismo de contágio dentro do mercado financeiro Global. Os problemas registados no início de 2023 nos balanços do Silicon Valley Bank, do UBS e, mais recentemente, do Deutsche Bank, constituem fatores de incerteza a considerar, face a uma possível intervenção não convencional dos reguladores, com o intuito de evitar potenciais danos a prazo, condicionando o normal funcionamento dos mercados.

Por sua vez, a desaceleração da economia global em 2023, projetada pelo FMI, reflete um desempenho menos contribuído pelas economias avançadas, que deverão crescer 1,2% e 1,4%, em 2023 e 2024, respetivamente, o que constitui uma melhoria face ao ano anterior, mas inferior ao esperado no passado ano para o período. Dentro do espaço das economias desenvolvidas, os EUA deverão registar uma expansão de 1,4% e 1%, em 2023 e 2024, respetivamente. Por sua vez, a Zona Euro deverá crescer 0,7% e 1,6%, nesse mesmo período.

A China, num processo de reabertura da economia mais célere do que o esperado, deverá crescer 5,2%, em 2023, em vez dos 4,4% previstos em outubro, mantendo inalterada a expansão de 4,5% esperada para 2024.

3.2 Enquadramento Nacional

Segundo o Banco Mundial, a economia de Cabo Verde está projetada para crescer 4% em 2022, uma desaceleração face a 2021, onde registou um crescimento de 7%, num ciclo de recuperação, ainda por concluir, relativo à quebra no PIB em 14,8% registada em 2020, como consequência das medidas de mitigação da propagação do Covid-19.

Adicionalmente, o conflito na Ucrânia e o período alargado de seca extrema no país acarretam um impacto especialmente relevante no preço dos bens, que se perspectiva situar em torno dos 7,5%, em 2022, tornando Cabo Verde numa economia especialmente frágil face a choques externos, tais como a inflação importada, que representa um preocupante flagelo, dado os efeitos sobre o preço dos produtos que compõem o cabaz básico das famílias, o que irá agravar a insegurança alimentar no país.

Importará reconhecer que, neste contexto, a capacidade do Banco Central de Cabo Verde conseguir afetar o nível geral de preços através do aumento do nível de taxas de juro é limitada e o impacto de tal medida sobre o consumo e o investimento, de que o país tanto precisa, poderia traduzir um efeito contraproducente, conduzindo Cabo Verde para um período de estagflação, em que a redução de consumo e investimento, provocado por um aumento das taxas de juro, poderia levar a um aumento do desemprego, com a inflação a manter-se elevada, pois o efeito do aumento dos preços é importado e não resultante de um nível de consumo e investimento local acima da oferta agregada da economia.

Por sua vez, o crescimento recente da economia tem vindo a ser liderado pela nascente, mas ainda pouco relevante, manufatura e, com especial destaque, pela construção, que encontram espaço de desenvolvimento no aumento do consumo privado e com mais relevância no consumo e investimento públicos.

Desta forma, prevê-se que o défice fiscal atinja 9% do PIB, em 2022, impulsionado pelo aumento das despesas correntes devido ao pacote de resposta para mitigar o impacto da guerra na Ucrânia. Espera-se que a relação dívida pública/PIB melhore de 147,7%, em 2022, para 141,1%, em 2024.

A médio prazo, o consumo privado, o investimento no turismo e a economia azul deverão apoiar o crescimento. A perspetiva está sujeita a riscos substanciais de queda decorrentes de choques climáticos, novas variantes do Covid-19 e aumento da incerteza global devido à guerra na Ucrânia.

4 Resumo da Atividade

4.1 Estratégia e Modelo de Negócio

Através da implementação de uma cultura organizacional baseada no desenvolvimento contínuo, o iibCV registou uma melhoria na larga maioria dos Principais Indicadores de Atividade, sendo hoje uma organização robusta e convenientemente preparada para enfrentar os mais exigentes desafios e condicionantes económicas, de competitividade e de mercado.

A concretização da estratégia levada a cabo continuará a visar dar uma resposta eficiente às desafiantes limitações prevaletentes no contexto evolvente, destacando-se o contínuo reforço das capacidades orgânicas ao nível do controlo interno e de gestão; crescimento em número de clientes e recursos nos segmentos de atividade basilares e de maior vantagem competitiva; a qualidade da alocação dos ativos com a consolidação do Banco como um dos principais incrementais financiadores da economia; aumento e melhoria da capacidade de execução e processamento; incremento dos níveis de liquidez disponíveis e monitorização de níveis de capitais substancialmente diferenciados dos comparáveis e dos níveis mínimos regulamentares; a continuidade de um investimento recorde na capacitação do nosso Capital Humano; e, não menos importante, a contínua contribuição à comunidade que integramos através de ações concretas que refletem a nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



4.2 Síntese da atividade

O exercício de 2022 constituiu um ano diferenciado para o iibCV, no qual registou um notável crescimento do seu balanço (+23%), sem que essa evolução tenha incorporado um aumento (a considerar) do valor dos ativos ponderados pelo risco, ao mesmo tempo que foi possível aumentar a rentabilidade da operação de forma expressiva, refletida no aumento do resultado líquido em 28% (2022: 433 milhões de escudos). Os indicadores de eficiência (42,39%), de rentabilidade (24,20%) e de solvabilidade (35,8%) refletem uma estrutura da operação meritariamente sólida, o que consubstancia conforto, especialmente valorizado pelos nossos *stakeholders*, dada a fase de incerteza e elevado risco percebido no mercado que o contexto envolvente nos apresenta.

O desempenho da equipa do iibCV traduziu um aumento do produto bancário em 8%, através de uma crescente capacitação das equipas em torno da gestão de passivos e ativos, numa perspetiva holística e focada na geração de retorno ajustada pelo risco a níveis adequados, acompanhada pelo desenvolvimento de segmentos de negócio vocacionados à originação de margem complementar. Enquanto variável contributiva, a margem financeira cresceu 22% e viu aumentar a sua proporcionalidade face à margem complementar de 72% do produto bancário, em 2021, para 81%, evidenciando a solidificação das fontes de receita.

O volume da carteira de crédito atingiu a cifra dos 7,32 mil milhões de escudos, tendo o rácio de incumprimento (NPL) registado uma redução significativa para 1,03%, através de uma abordagem contínua de proximidade e acompanhamento da vertente comportamental dos clientes, acompanhada por um reconhecimento confortável da perda esperada (imparidade) em 121,84% dos NPL, o que confere um enquadramento acomodatório perante uma potencial deterioração das condições macroeconómicas futuras.

Forjada no foco para com as pessoas, o iibCV manteve forte aposta na formação, com mais de 800 horas lecionadas, ao mesmo tempo que se viu reiterado o compromisso para com a comunidade, com a formalização da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social e das ações executadas que dela resultaram, sendo esta uma componente determinante da identidade institucional que já nos é indissociável.

Desta forma, 2022 constituiu um ano de concretização de metas sem precedentes, refletindo a vontade, motivação e dinamismo das nossas pessoas em construir, através de processos baseados em melhoria contínua, um banco sólido, capaz de gerar mais e melhor valor para os seus clientes e restantes *stakeholders*.

5 Análise do Risco do Crédito

5.1 Carteira de Crédito

No exercício económico de 2022, a atividade do Banco decorreu num ambiente de conservadorismo e monitorização do apetite ao risco de crédito.

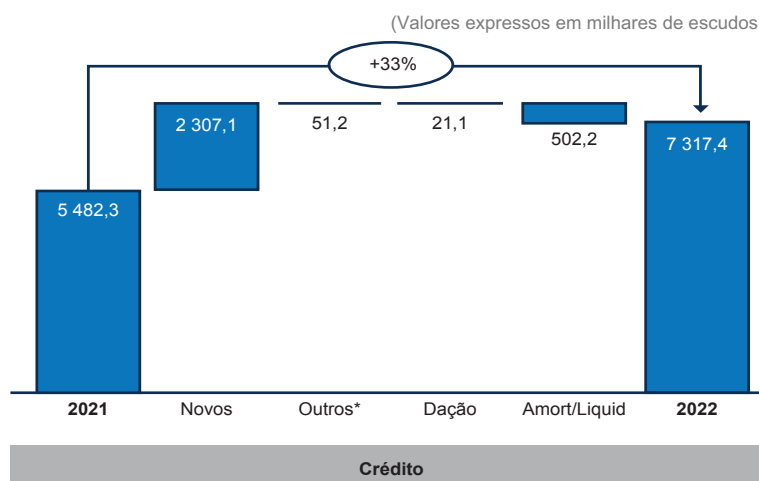
O Banco registou variação significativa na carteira de crédito (2022 vs. 2021), tendo concretizado importantes contratos, com a concessão de operações de curto prazo no decurso do ano.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021	Varição
Crédito a clientes	7 317 373	5 482 273	33%
Empresa	6 717 780	4 796 946	40%
Particular	599 593	685 327	(13%)
Extrapatrimonial	1 053 213	1 141 999	(8%)
Total	8 370 586	6 624 272	26%

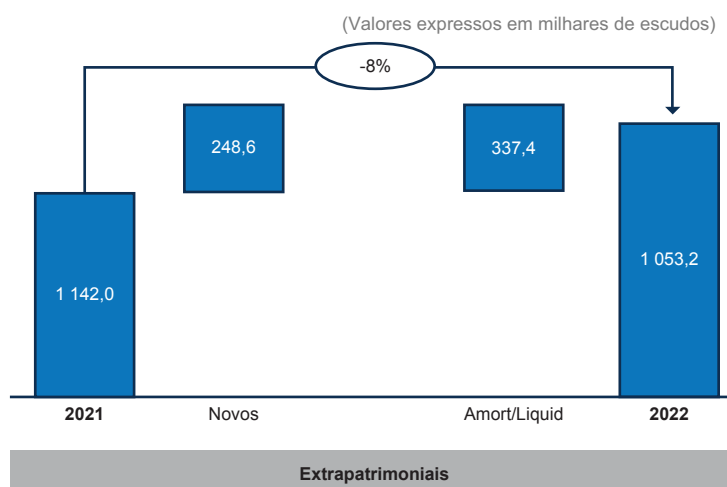
O gráfico seguinte apresenta a variação anual da carteira de crédito, em termos de novos contratos, os juros de moratória capitalizados durante o ano de 2022, o total de crédito liquidado e o montante abatido da carteira de crédito.

Evolução da Carteira de Crédito por Desembolso de 31-12- 2021 a 31-12-2022



Em cumprimento ao Aviso regulamentar, o Banco procedeu ao abate de créditos no total de 21,1 milhões de escudos, reconhecendo os efeitos no custo de imparidade do período. O montante indicado como redução da carteira de crédito deveu-se, em grande medida, às boas práticas de recuperação e cobrança de crédito, que culminaram com a amortização pontual das prestações, liquidação antecipada dos contratos e negociação de dação.

Evolução da carteira de crédito por assinatura de 31-12-2021 a 31-12-2022



As operações *off-balance* (garantias bancárias e crédito documentário) apresentaram variação negativa de 8%, dada ao facto de se ter liquidado um volume superior ao volume das novas operações angariadas.

O quadro a seguir apresenta a composição da carteira de crédito, por tipo de operações e por tipo de cliente:

Distribuição da carteira por tipo de operação a 31-12-2022 e a 31-12-2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022		31.12.2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Abs.	Rel.
EMPRESA	6 717 780	91,8%	4 796 946	87,5%	1 920 835	40%
Financiamento Médio Longo Prazo	5 162 857	70,6%	3 913 945	71,4%	1 248 912	32%
Financiamento Curto Prazo	1 181 416	16,1%	-	0,0%	1 181 417	-
Conta Corrente Caucionada/Descoberto	339 359	4,6%	851 491	15,5%	(512 132)	(60%)
Outros	34 148	0,5%	31 510	0,6%	2 638	8%
PARTICULAR	599 593	8,2%	685 327	12,5%	(85 735)	(13)
Crédito Habitação	555 878	7,6%	642 399	11,7%	(86 521)	(13)
Consumo	43 715	0,6%	42 928	0,8%	787	2%
CRÉDITOS	7 317 373	87%	5 482 273	83%	1 835 100	33%
EXTRAPATRIMONIAIS	1 053 213	13%	1 141 999	17%	(88 786)	(8%)
Garantias Bancárias	1 037 415	12%	1 141 999	17%	(104 584)	(9%)
Crédito Documentário	15 798	0,2%	-	-	15 798	-
TOTAL	8 370 586	100%	6 624 272	100%	1 746 315	26%

No cômputo geral, grande parte das operações de financiamento foi concedida a agentes económicos locais, de entre eles empresas estatais, pequenas, médias e grandes empresas, particulares e colaboradores, representando o total de 77% da carteira.

As principais contrapartes de crédito são empresas do setor de Transportes e Comunicações, que juntos representam o equivalente a 72% do total da carteira de crédito. A exposição ao risco de concentração e crédito é mitigada por robustos instrumentos de garantias e de colaterais.

Distribuição da carteira de Crédito a 31-12-2022 e a 31-12-2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022		31.12.2021	
	Vincendo	Vencido	Vincendo	Vencido
Por Segmento	7 242 214	75 159	5 400 496	81 777
Empresa	6 676 188	41 592	4 765 236	31 710
Particular	566 026	33 567	635 260	50 067
Setor Público e Administrativo	-	-	-	-
Por Setor de Actividade	7 242 214	75 159	5 400 496	81 777
Transportes e Comunicações	5 267 162	-	4 091 079	-
Habituação	522 636	33 242	594 640	47 759
Hotelaria e Restauração	334 855	555	341 755	-
Comércio e Serviços	824 194	40 839	196 766	31 513
Indústria	209 156	-	100 622	-
Consumo	43 391	324	40 620	2 308
Construção e Obras Públicas	40 822	197	35 013	197
Por Maturidade	7 242 214	75 159	5 400 496	81 777
Médio e longo prazo	6 057 716	40 842	5 376 494	49 842
Curto prazo	1 184 499	34 316	24 002	31 935
Imparidade do crédito / Cobertura da carteira	91 576	1,25%	101 156	1,85%

5.2 Análise e Gestão do Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do incumprimento ou da deterioração da qualidade do crédito de um cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia.

A gestão do risco de crédito é referenciada nas práticas, processos e procedimentos para identificar e mensurar os riscos embutidos nas operações individuais e com base na carteira de crédito.

O Departamento de Gestão de Riscos incumbe-se de todo o ciclo de gestão de crédito, incluindo análise de novas operações, revisão de créditos já concedidos, avaliação de novos produtos, acompanhamento dos clientes considerados de “grande risco”, identificação tempestiva de dificuldade financeira dos clientes, análise do impacto do ambiente económico na qualidade da carteira, adequação e controlo das garantias recebidas de clientes, visando garantir a tomada de decisões adequadas e eficientes e preservar a qualidade da carteira de crédito.

No exercício da função de controlo de risco, o Departamento garante o funcionamento dos seguintes princípios e determinações:

- Independência das áreas de negócio e da Administração, principalmente ao que se refere à análise e emissão de parecer de risco;
- Garantir que todas as decisões de crédito seguem um processo formal de aprovação;
- Garantir o cumprimento das Políticas e Poderes de Crédito;
- Garantir a manutenção da estrutura e funcionamento dos Comitês;
- Fortalecer e implementar ações de melhoria de controlo de riscos;
- Assegurar uma cultura de risco sólida, consistente e integrada perante todos os riscos existentes, em todas as atividades do Banco;
- Comunicar e reportar informações de forma tempestiva; e
- Ministrando formações, por forma a disseminar a cultura de identificação e prevenção de riscos em todas as áreas do Banco.

O modelo de Governança de Risco do Banco tem a participação dos membros do Conselho de Administração na tomada de decisão sobre operações de crédito, ou seja, qualquer operação de crédito deve ser aprovada pelo comité de crédito, do qual participa a Comissão Executiva e, de seguida, pelos demais membros do Conselho de Administração, se aplicável:

- a) Comité de crédito: é responsável pela aprovação dos créditos e acompanhamento dos créditos vencidos;
- b) Comissão Executiva: acompanha as atividades de gestão de crédito, periodicamente;
- c) Conselho de Administração: é o órgão máximo de decisão de crédito.

Os níveis de tomada de decisão de crédito e exposição máxima permitida para exposição ao risco de crédito, incluindo o risco de contraparte, tanto das carteiras de crédito e de negociação/investimento, estão definidos nas políticas de poderes de crédito e apetite ao risco.

A mensuração do risco é executada através de relatórios trimestrais, do acompanhamento do cumprimento dos limites definidos e das maiores concentrações de risco, da realização de “stress tests” e da avaliação dos impactos de cenários adversos.

Anualmente, as entidades de Auditoria e da Supervisão Bancária (Banco de Cabo Verde) efetuam a verificação independente dos processos de crédito e do Sistema de Gestão de Riscos do Banco, de acordo com os preceitos internacionais e do órgão regulador.

Na avaliação do risco da carteira de crédito, o iibCV examina a qualidade do risco de crédito das contrapartes, a cobertura/colateral das operações (capacidade de recuperação de dívidas), o

cumprimento das políticas, poderes e procedimentos de aprovação e contratação de crédito, a qualidade das informações e reportes de crédito, a exposição dos clientes no sistema global de crédito, as condições de renegociação dos créditos, o custo de imparidade e de capital e as informações qualitativas dos clientes, entre outros indicadores pertinentes à manutenção da qualidade da carteira.

O Banco registou o total de 75,06 milhões de escudos (2021: 80,76 milhões) de crédito em incumprimento (com mora superior a 90 dias), do qual resultou um rácio desinistralidade de 1,03% (2021: 1,47%).

Antiguidade do Crédito em Mora

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano	Montante	% Acumulado
Até 2019	52 770	70%
2020	7 006	9%
2021	7 217	10%
2022	8 073	11%
Total	75 067	100%

Da relação dos créditos em incumprimento, a significativa maioria acomoda-se no período anterior à pandemia do covid-19, ou seja, anterior a 2020.

Distribuição Temporal do Crédito em Incumprimento por Produto a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	8 063	821	33 437	30 315	41 500	31 137
Habituação	-	-	-	-	33 242	356	33 242	356
Consumo	-	-	-	-	324	4	324	4
TOTAL	-	-	8 063	821	67 004	30 676	75 067	31 497

Juntos, o crédito à habitação (44%) e o financiamento de médio longo prazo (55%) somam 99% do total de crédito em incumprimento. Estes créditos apresentam garantias reais, depósitos e hipotecas de imóveis, com rácio LTV médio de 57% e encontram-se em recuperação via processo judicial.

Distribuição Temporal do Crédito em Incumprimento por Produto a 31-12-2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	-	-	31 487	29 347	31 487	29 347
Habituação	-	-	-	-	46 967	6 409	46 967	6 409
Consumo	33	-	1 860	614	415	70	2 308	684
TOTAL	33	-	1 860	614	78 869	35 827	80 762	36 441

O crédito em risco, de acordo com a definição constante na Carta Circular nº 195/2018 do Banco de Cabo Verde, inclui os contratos de crédito com atraso superior ou igual a 30 dias e os créditos reestruturados, os quais representam cerca de 1,27% da carteira bruta de crédito.

Carteira de Crédito em Risco a 31-12-2022 e 31-12-2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Crédito em incumprimento	Crédito reestruturado	Crédito em risco 2022	Crédito em risco 2021	Varição 2022/2021
Empresa	41 500	7 508	43 055	48 387	(11%)
Habituação	33 242	18 376	47 440	92 860	(49%)
Consumo	324	1 785	2 110	3 350	(37%)
Total	75 067	27 669	92 606	144 597	(36%)
% Carteira Global	1,03%	0,38%	1,27%	2,64%	(1,37pp)

O decréscimo de 36% do montante de crédito em risco deveu-se à redução dos montantes do crédito, tanto em incumprimento como o reestruturado.

A carteira global de crédito apresentou melhoria significativa em termos de qualidade e cobertura de risco de crédito, como evidenciado pelos indicadores abaixo.

Indicadores de Qualidade da Carteira de Crédito a 31-12-2022 e 31-12-2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021	Δ abs.	Δ %
Crédito a clientes (bruto)	7 317 373	5 482 273	1 835 100	33%
Crédito abatido ao ativo (no ano)	193 462	182 661	10 801	6%
Crédito vencido (a+b)	75 159	81 777	(6 618)	(8%)
(a) Crédito vencido (>90dias)	75 057	80 762	(5 705)	(7%)
(b) Crédito vencido (<90dias)	102	1 015	(913)	(89,90%)
(c) Crédito Reestruturado*	27 669	35 049	(7 380)	(21%)
Crédito em risco	92 606	144 597	(51 991)	(36%)
Imparidade da carteira de crédito	91 576	101 156	(9 579)	(9%)
Crédito abatido/Crédito a clientes	2,64%	3,33%	(0,69pp)	
Crédito vencido/Crédito a clientes	1,03%	1,49%	(0,46pp)	
Crédito vencido (>90dias)/Crédito a clientes	1,03%	1,47%	(0,45pp)	
Crédito em risco/Crédito a clientes	1,27%	2,64%	(1,37pp)	
Imparidade da carteira/Crédito vencido	121,84%	123,70%	(1,85pp)	
Imparidade da carteira/Crédito vencido (>90dias)	122,01%	125,25%	(3,24pp)	
Imparidade da carteira/Crédito em risco	98,89%	69,96%	28,93pp	
Cobertura do Carteira (Impar. carteira/Crédito clientes)	1,25%	1,85%	(0,59pp)	

*Crédito reestruturado que está incluído no crédito em incumprimento

Anualmente, o Banco revê os parâmetros e as variáveis do modelo de cálculo de Imparidade, sendo este computado com base nas recomendações do IFRS 9 e refletido nos custos, com periodicidade mensal, e abrangendo todas as operações de crédito e extrapatrimoniais (garantias bancárias e crédito documentário).

O Banco procede à classificação das operações de crédito com base nos *triggers* de risco de incumprimento, resultando na segmentação das operações/clientes em classes de risco (*Stage 1*, *Stage 2* e *Stage 3*).

Resultante dos processos de gestão e políticas de crédito, o Banco tem classificado cerca de 97,8% do total da carteira bruta de crédito na classe de risco Performing (*Stage 1*).

Os créditos classificados como em *Stage 1* correspondem a clientes com planos de pagamento em cumprimento, cuja análise económica não reflete degradação do risco de crédito quando comparado com o momento em que foi inicialmente concedido (data inicial de concessão em comparação com a análise económica atual).

Pressupostos para a Classificação por Stages

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Pressupostos	Crédito Regular	Crédito reestruturado Atrasos superiores a 30 dias Contas bloqueadas Devolução/inibição do uso de cheques Outros	Atrasos superiores a 90 dias Falência/insolvência Execução de colateral Outros
Montante de crédito →	7 153 093	58 578	105 702
% da carteira →	97,80%	0,80%	1,40%

A decomposição da imparidade da carteira de crédito por classe de risco indica que os clientes em Stage 3, representando 1,4% do crédito bruto, geram 36% do total das imparidades.

Imparidade da Carteira Global de Crédito a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura
Operações de Crédito	4 598 327	73 675	1,60%	2 719 046	17 901	0,66%	7 317 373	91 576	1,25%
Stage 1	4 517 685	41 288	0,91%	2 635 408	16 432	0,62%	7 153 093	57 720	0,81%
Stage 2	41 193	980	2,38%	17 385	71	0,41%	58 578	1 051	1,79%
Stage 3	39 449	31 407	79,61%	66 253	1 398	2,11%	105 702	32 805	31,04%
Extrapatrimoniais	15 798	25	0,16%	1 037 415	2 238	0,22%	1 053 213	2 263	0,21%
Stage 1	15 798	25	0,16%	828 096	1 513	0,18%	843 895	1 538	0,18%
Stage 2	-	-	-	209 319	724	0,35%	209 319	724	0,35%
Stage 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4 614 125	73 700	1,60%	3 756 461	20 139	0,54%	8 370 586	93 839	1,12%

A par da substancial redução dos rácios de crédito vencido e de crédito em risco, as imparidades apresentaram decréscimo de 9,6 milhões de escudos, devido, substancialmente, à liquidação total de algumas exposições de crédito em incumprimento.

Varição da Imparidade da Carteira de Crédito a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Imparidade em 31.12.2021	Imparidade em 31.12.2022			Variação
		Análise Coletiva	Análise Individual	Total	
Empresa	87 855	16 916	72 317	89 232	1 377
Particular	13 300	985	1 359	2 344	(10 956)
	101 156	17 901	73 675	91 576	(9 579)

As provisões regulamentares mínimas são mensuradas de acordo com os procedimentos do Banco de Cabo Verde, expressas no Aviso nº 4/2006, no qual se estipulam os parâmetros para a determinação das taxas de provisão regulamentar a aplicar a cada exposição individual.

m = meses

Tipo de Garantia	Intervalo de atraso				
	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Hipotecária para habitação própria	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Real hipotecária ou não para investimento	0-6m	6-15m	15-30m	30-60m	>60m
Real e pessoal	0-3m	3-6m	6-12m	12-24m	>24m
Sem garantia	0-1m	1-3m	3-6m	6-12m	>12m
Classe de Risco	A	B	C	D	E
Taxa Provisão	1%	5%	25%	50%	100%

O equivalente a 0,85% da carteira de crédito, encontra-se classificada nas classes de risco em incumprimento (C, D e E) e juntos representam 91,3% do total de provisões regulamentares. Não obstante a antiguidade do incumprimento, estes créditos estão cobertos por garantias reais (depósitos e hipotecas de imóveis), aguardando a execução/recuperação judicial.

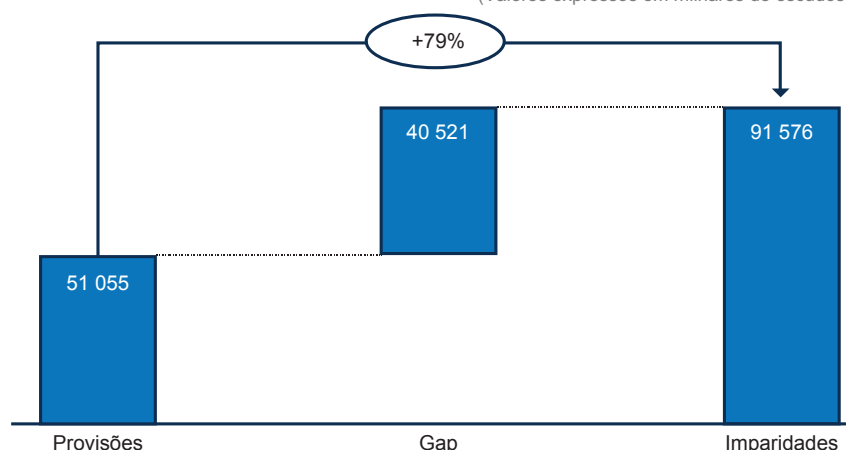
Distribuição da Carteira de Crédito e Provisões por Classe de Risco, a 31-12-2022

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	5 162 857	3 239	676	-	3 915	44 578	40 664
Crédito à Habitação	555 878	438	3 154	9 706	13 298	871	(12 427)
Outros créditos	1 598 638	91	158	33 594	33 843	46 127	12 284
Total	7 317 373	3 768	3 987	43 300	51 055	91 576	40 521

Provisões Regulamentares Versus Imparidade

(Valores expressos em milhares de escudos)



6 Análise da Evolução da Atividade

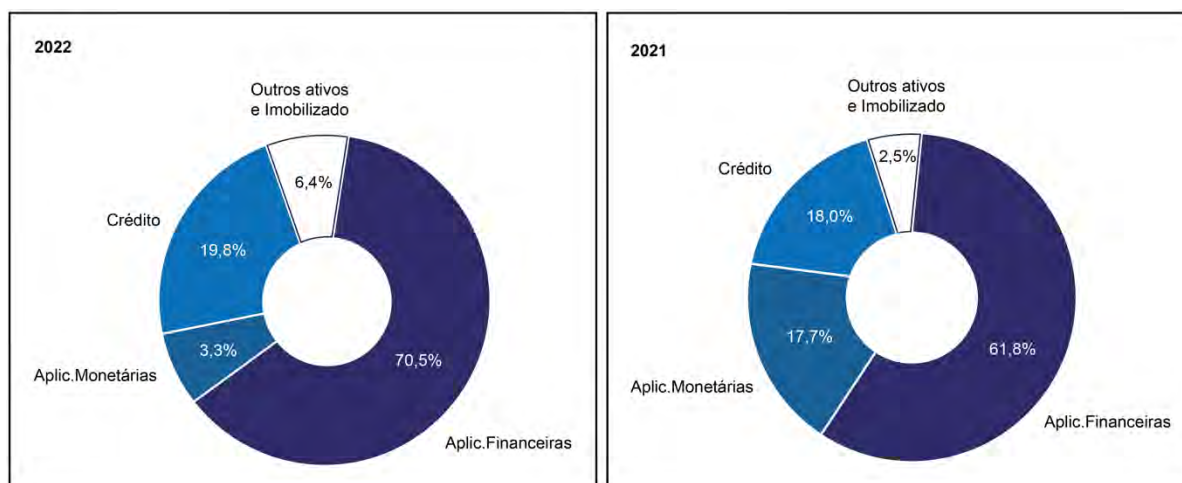
6.1 Balanço

O balanço do iibCV atingiu, no final de 2022, um montante global de 36,78 mil milhões de escudos, valor 23% superior aos 30 mil milhões registados no final do ano anterior.

Os ativos e passivos financeiros continuam a ser preponderantes no balanço do iibCV, com um peso relativo na sua composição, no final de 2022, de 94% (2021: 80%) e 92% (2021: 93%), respetivamente.

6.1.1 Ativo

Composição do Ativo



A 31 de dezembro de 2022, o investimento bruto em imobilizado ascendia a 635 milhões de escudos (2021: 597 milhões), com as amortizações e imparidades acumuladas à data a ascender a um total de 435 milhões de escudos, o equivalente a aproximadamente 68% do valor desses mesmos ativos.

Em termos globais, o imobilizado líquido do Banco equivale a 0,6% do valor total do seu ativo líquido, refletindo, além das amortizações regulares, o efeito da imparidade registada em ativos tangíveis (25,5 milhões de escudos) e intangíveis (7,5 milhões de escudos) para a cobertura de riscos associados à sua valorização a preços de mercado.

Aos investimentos no mercado nacional, via aquisição de títulos do Tesouro e operações no Mercado Interbancário, aliam-se investimentos realizados no mercado internacional, designadamente através de aplicações em instituições financeiras, permitindo a mitigação das diversas categorias de risco (risco de taxa de juro, cambial e de liquidez).

Ativos Remunerados

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações em outras instituições financeiras	11 396 821	8 608 441
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	4 200 000	1 320 000
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	-	183 772
Crédito bruto a clientes	7 317 373	5 482 273
Activos com acordo de recompra	1 467 836	1 401 590
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10 297 730	6 927 275
Total Ativos Remunerados(1)	34 679 760	23 923 352
Ativo Líquido	36 778 787	30 013 984
Ativos Remunerados/Ativo Líquido	94%	80%

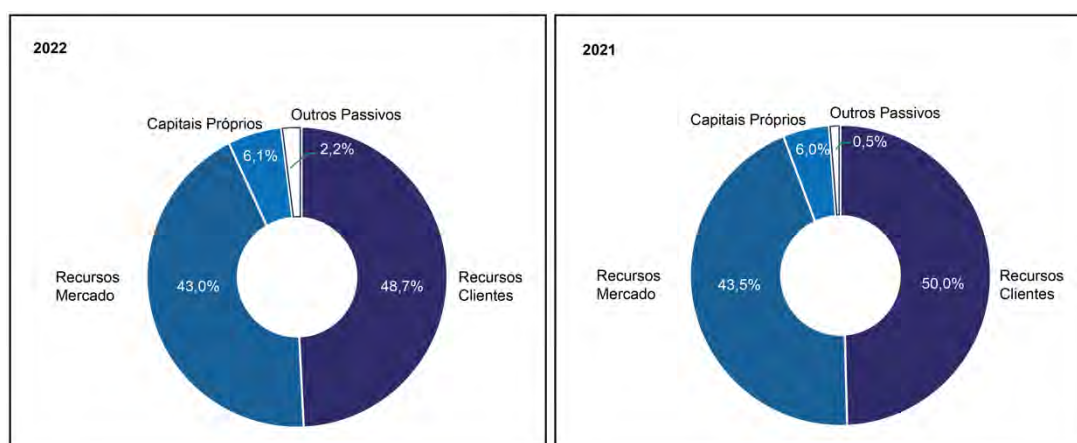
1) Exclui juros e imparidades

A carteira de ativos remunerados, ou ativos geradores de receitas passíveis de serem determinadas à data da sua contratualização (taxas fixas ou variáveis), registou um crescimento de 45%, tendo todos os elementos que a compõem crescido durante 2022, reflexo da dinâmica conferida à atividade do Banco ao longo desse exercício.

6.1.2 Passivo

O passivo do iibCV é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes, representando cerca de 41% do passivo total, proporção inferior à verificada em finais de 2021 (50%), evidenciando a intensa diversificação das fontes de financiamento.

Estrutura de Financiamento



Os recursos de mercado, constituídos por depósitos de outras instituições financeiras e de bancos centrais, cresceram 21%, representando 43% do total do passivo, igual proporção do ano anterior, dado o crescimento do passivo global do Banco. Em termos absolutos, os recursos desse

segmento atingiram, no final de 2022, o valor de 15,8 mil milhões de escudos (2020: 13 mil milhões), crescimento resultante da estabilização do novo modelo de negócio em curso.

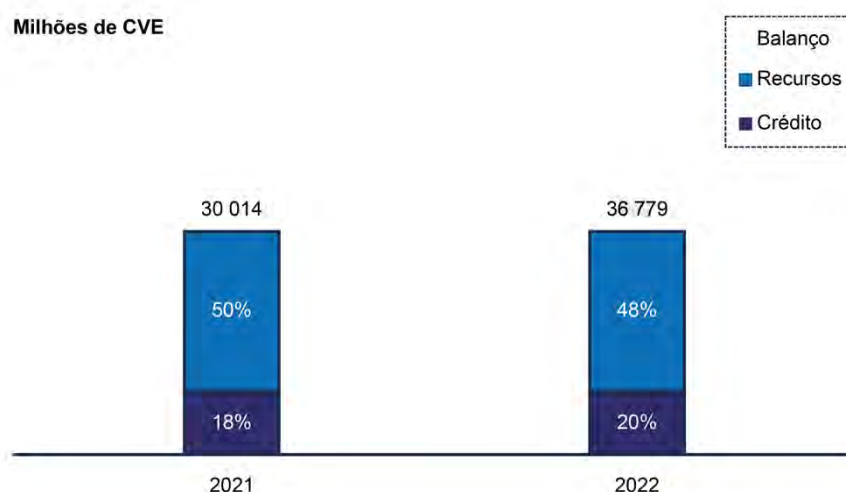
No que respeita aos recursos próprios, é de se ressaltar que o Banco fechou o ano com uma situação líquida de 2,24 mil milhões de escudos, o equivalente a 6% da estrutura de financiamento de 36,8 mil milhões de escudos (2021: 6% de 30 mil milhões).

Os recursos de clientes registaram um crescimento substancial em 2022, atingindo um montante global de 17,9 mil milhões de escudos.

É de se referenciar que os depósitos à ordem cresceram 8% face a 2021, representando 72% da carteira global de depósitos. Por outro lado, o volume global de depósitos a prazo registou decréscimo de 16%, reflexo da diversificação das fontes de financiamento do Banco, que se consolidou com a emissão de três instrumentos de dívida. Os recursos de clientes, na forma de responsabilidades representadas por títulos, registaram o montante de 2,91 mil milhões de escudos, resultado das emissões de Obrigações levadas a cabo durante o 2º semestre de 2022.

Os recursos de clientes não residentes, no valor global de 7,97 mil milhões de escudos, registaram ligeiro acréscimo de 6%, enquanto os de residentes registaram variação negativa de 8%, apresentando um saldo de 6,87 mil milhões de escudos. Já os recursos de clientes emigrantes, no valor global de 152 milhões de escudos, registaram um considerável aumento de 119%.

Atividade de Clientes: Crédito e Depósito na Estrutura do Balanço



7 Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais

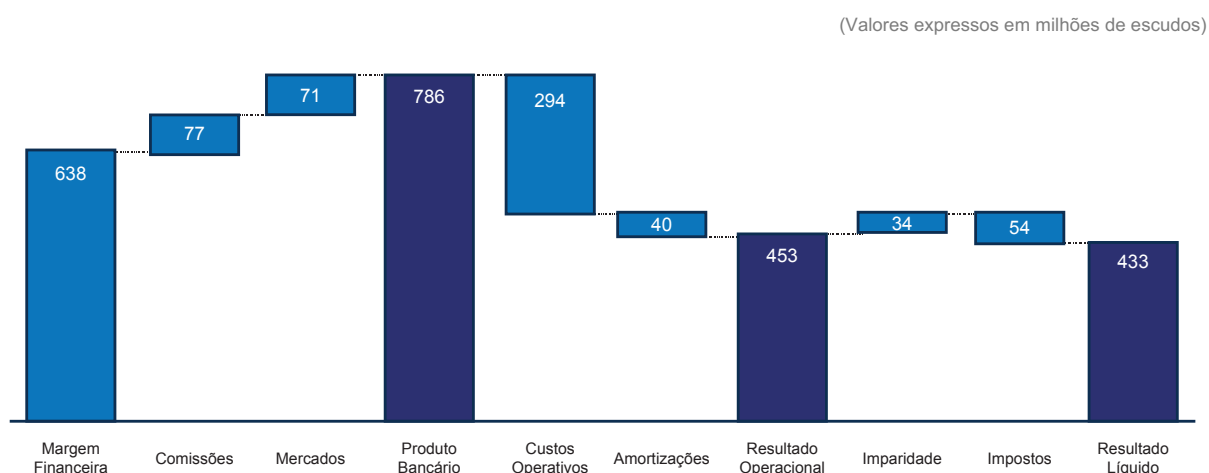
7.1 Resultados

Devido à crise gerada pela pandemia do Covid-19, todos os setores da economia se viram condicionados, tendo de se reinventar para que se mantivessem a operar, visando manter os postos de trabalho e contribuir para a recuperação da normalidade.

O iibCV solidificou a sua estratégia de proximidade e apoio à economia nacional, procurando sempre manter um equilíbrio entre a qualidade dos seus ativos e a satisfação das necessidades da sua base de clientes.

Como resultado, o Banco apresentou uma evolução significativa na larga maioria dos indicadores, quando comparados com o período homólogo.

Demonstração dos Resultados a 31-12-2022



O resultado financeiro registou crescimento durante o ano, tendo o Banco alcançado um valor 22% acima do atingido no ano transato, efeito de um crescimento das receitas com proveitos e juros superior, em termos absolutos, ao crescimento das despesas e encargos com juros.

Com uma abordagem mais próxima ao mercado, embora os proveitos de serviços e comissões tenham decrescido 21% face a 2021, o Produto Bancário Comercial (PBC) fixou-se em 715 milhões de escudos, refletindo um crescimento homólogo de 15% (2021: 620 milhões de escudos).

O resultado de operações cambiais e outros resultados de exploração registaram uma evolução consentânea com a fase atual de desenvolvimento do negócio, apresentando crescimento de 26% sobre o valor de 2021.

O Produto Bancário (PB), em 2022, ascendeu a 786 milhões de escudos, refletindo um acréscimo relativo na ordem dos 8% (2021: 725 milhões).

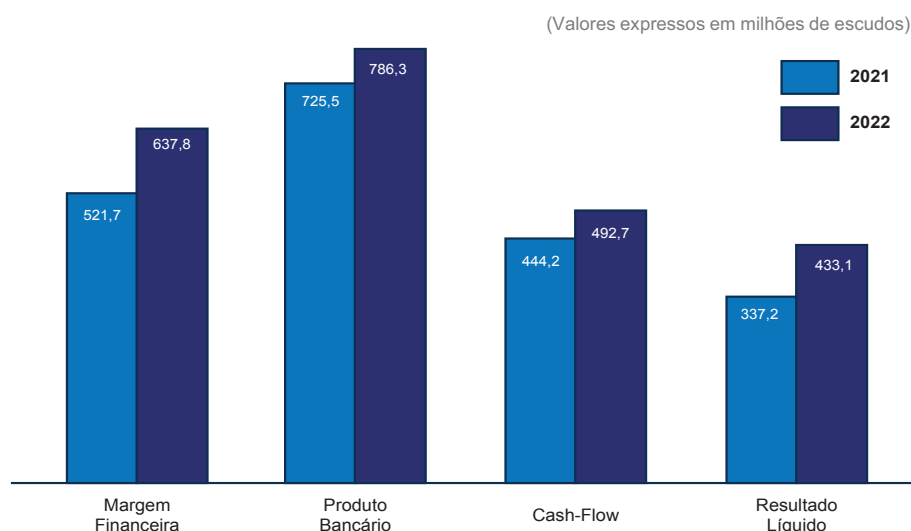
O Resultado de Exploração (Operacional) cifrou-se em 453 milhões de escudos (2021:407 milhões de escudos), demonstrando a capacidade do Banco em gerar receitas provenientes da sua atividade direta, acima dos seus custos de operação, solidificando a sua sustentabilidade.

O iibCV segue investindo num quadro diferenciado de colaboradores, compromisso refletido no aumento do número de pessoal, a acompanhar o crescimento do negócio, fazendo com que os custos com pessoal tenham registado um aumento de 5%. Na sequência, os custos administrativos registaram acréscimo de 4%, contribuindo ambos para o aumento dos custos operativos globais.

Assim sendo, os custos operativos fixaram-se em 333 milhões de escudos, montante 5% superior ao valor verificado em 2021, mantendo a estrutura global, no qual 36% é custos com pessoal, 52% custos administrativos e o valor remanescente é justificado pelas depreciações e amortizações do exercício.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 433 milhões de escudos (2021: 337 milhões de escudos), tendo sido função direta dos fatores anteriormente enumerados, registando crescimento de 28%.

Indicadores de Resultados a 31-12-2022



7.2 Rácios Financeiros

Os rácios financeiros alcançados em 2022 são resultado da estratégia implementada, que traduziu um crescimento significativo da atividade, acompanhado de um retorno ajustado pelo risco superior.

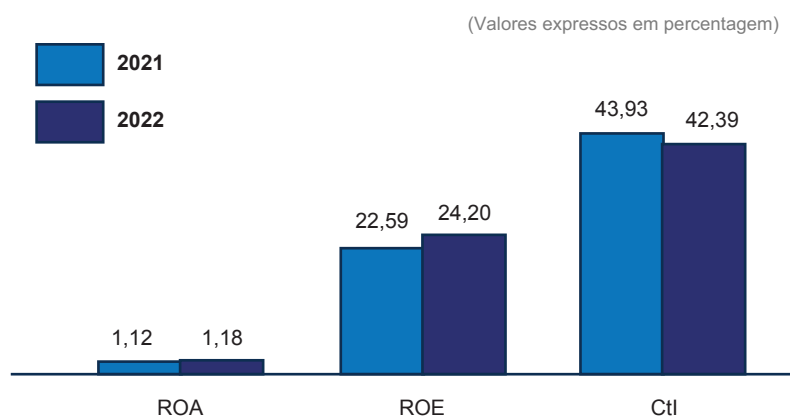
Loan-to-Deposit Ratio

O rácio de transformação de depósitos em crédito (LtD) situou-se abaixo do valor do ano anterior, fixando-se em 41%, resultado da combinação de crescimentos na carteira de crédito acima do crescimento na carteira de recursos de clientes.

Liquidez

O nível global de liquidez que o Banco apresenta é elevado, privilegiando-se a geração de exposições de curto prazo e de menor risco de crédito, especialmente perspectivadas ao apoio a necessidades específicas da cadeia de valores dos *stakeholders*, contribuindo para a otimização do binómio risco/retorno da estrutura de ativos.

7.3 Rácios de Performance



Da análise aos rácios financeiros, nota-se uma melhoria generalizada.

Return on Equity (ROE)

A remuneração média anual do capital (*equity*) cifrou-se em 24,20% (2021: 22,59%), reflexo de um resultado líquido superior ao do ano transato.

Return on Assets (ROA)

A remuneração média anual do ativo cifrou-se em 1,18% (2021: 1,12%).

Cost-to-Income (Ctl)

O rácio que mede a eficiência do Banco apresentou melhoria face ao ano anterior, registando decréscimo de 1,54 pp. e cifrando-se em 42,39% (2021: 43,93%).

7.4 Rácios Prudenciais

O Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade supervisora e reguladora do sistema financeiro nacional, tem como uma das suas missões controlar os riscos das instituições financeiras,

regulamentados em avisos e instruções técnicas de carácter prudencial e cuja adoção e implementação é obrigatória.

O iibCV tem como objetivo primordial o seu equilíbrio económico e financeiro, o registo de níveis sustentáveis de crescimento e a contribuição para a estabilidade do sistema financeiro.

Nesse sentido, além de cumprir com todas as imposições dos normativos, o Banco vem adotando e praticando um conjunto de requisitos complementares, com níveis de exigência acima do imposto, fundamentados no sistema financeiro internacional e em linha com as melhores e mais recentes práticas.

Principais Rácios Prudenciais

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Lim. Mín.	31.12.2022	31.12.2021	Variação
Fundos Próprios	800 000	2 445 162	1 764 370	38,59%
Cobertura de Imobilizado	100%	1243%	1195%	47,84pp
Títulos da Dívida Pública	5%	68,16%	15,47%	52,70pp
Rácio de Solvabilidade	12%	35,82%	30,62%	5,20pp

Assim, a 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentava Fundos Próprios de 2,45 mil milhões de escudos (2021: 1,76 mil milhões), em cumprimento ao Aviso nº 03/2007, de 19 de novembro, que fixa os elementos que servem de base ao cálculo dos Fundos Próprios, continuando acima do mínimo exigido pelo normativo do Banco de Cabo Verde servindo de amortecedor para eventuais riscos bancários.

Na mesma linha, o risco de Solvabilidade encontrava-se integralmente coberto pelos Fundos Próprios, apresentando uma cobertura de, aproximadamente, 36% (2021: 30%), notoriamente acima do mínimo legal exigido para os bancos comerciais (12%), regulado pelo Aviso nº 04/2007, de 25 de fevereiro de 2008.

Com Fundos Próprios a um nível bastante confortável e uma carteira líquida de investimento em imobilizado tangível de 197 milhões de escudos (2021: 147 milhões), o Banco apresenta um rácio de cobertura de imobilizado de 1.243% (2021: 1.195%). O Aviso nº 11/98, de 28 de dezembro, que regula os limites de relação entre os fundos próprios e o valor líquido do ativo imobilizado, estabelece que o ativo imobilizado de um banco não deve ultrapassar os seus fundos próprios, ou seja, que o rácio não deverá ser inferior a 100%.

8 Notas Finais

8.1 Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

Os membros do Conselho de Administração do international investment bank, S.A., declaram:

- As demonstrações financeiras do international investment bank, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como foi definido pelo Banco de Cabo Verde (BCV) no Aviso nº 2/2007, de 25 de fevereiro de 2008;
- Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea anterior proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do international investment bank, de acordo com as referidas Normas, e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 29 de março de 2023;
- O relatório de gestão expõe a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do international investment bank, no exercício de 2022, e contém uma descrição sobre a evolução prevista da sociedade.
- À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorre um conflito armado em território ucraniano, cujos contornos e impactos na economia, não mensurados à escala global, refletem inflação incremental, por via do aumento dos preços da energia e de matérias-primas. No caso de Cabo Verde, sendo um país fortemente importador de bens e serviços, importa este mesmo efeito inflacionista. Estes efeitos, bem como outros não identificados, poderão afetar a economia cabo-verdiana como um todo, nomeadamente na redução do rendimento disponível dos diversos agentes económicos, empresas e agregados familiares. Também o setor bancário virá, previsivelmente, a ser afetado, com expectável aumento dos custos de financiamento e sinistralidade ao nível do crédito. O iibCV tem vindo a seguir uma gestão conservadora, a qual mantém, com apetite de risco ajustado ao ciclo económico presente, pelo que, à data, não são esperados impactos futuros na atividade do Banco, para além dos acima descritos.
- Importa ainda referir que o período pós-moratória de crédito, instituída em Cabo Verde (na sequência do covid-19) como medida de apoio aos agentes económicos, empresas e particulares, teve o seu término em 31 de março de 2022, não tendo sido identificados impactos materiais, no que ao iibCV diz respeito. O iibCV mantém uma gestão

conservadora, visando a mitigação de riscos (tendo, em concreto, ajustado a perda esperada para um conjunto de clientes, ainda em 2012). Não preconizamos alterações nos procedimentos e estratégia seguida, nem no apetite de risco estabelecido, os quais têm vindo a ser consistentemente seguidos desde 2020.

8.2 Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração do international investment bank propõe à Assembleia Geral que os Resultados do Exercício, lucro no montante de 433.140.075\$00 (quatrocentos e trinta e três milhões, cento e quarenta mil e setenta e cinco escudos), sejam aplicados da seguinte forma:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Reserva legal (10%)	43 314	33 715
Outras Reservas (90%)	389 826	303 439
Total	433 140	337 155

8.3 Agradecimentos

O Conselho de Administração do international investment bank, S.A., manifesta o seu agradecimento aos seus Clientes, pela confiança e fidelidade demonstrada ao longo de mais de 12 anos de atividade.

Aproveita para, de uma forma especial, estender os seus agradecimentos ao Regulador, às Autoridades, em geral, e aos seus fornecedores.

Aos Colaboradores, um especial reconhecimento pela resiliência, pelo total comprometimento, pela lealdade e dedicação ao crescimento e bom funcionamento da nossa instituição.

Cidade da Praia, 29 de março de 2023



O Conselho de Administração do International Investment Bank

II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

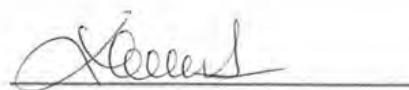
	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Juros e proveitos similares	5	934 464	688 195
Juros e custos similares	6	(296 637)	(166 466)
Margem financeira		637 827	521 729
Proveitos de serviços e comissões	7	94 378	127 154
Custos com serviços e comissões	7	(17 008)	(28 737)
Resultados de ativos ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	-	48 883
Resultados de reavaliação cambial	9	36 545	11 416
Outros resultados de exploração	10	34 556	45 017
Produto da atividade		786 299	725 463
Custos com pessoal	11	(120 440)	(114 401)
Gastos gerais administrativos	12	(173 184)	(166 813)
Depreciações e amortizações	19 e 20	(39 652)	(37 461)
Provisões líquidas de anulações	26	893	34 781
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(11 760)	(44 813)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	38	6 034
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	19, 20 e 22	44 696	17 773
Resultado antes de impostos		486 890	420 562
Impostos		(53 750)	(83 408)
Correntes	21	(27 401)	(34 307)
Diferidos	21	(26 349)	(49 100)
Resultado após impostos		433 140	337 155
Resultado após interesses minoritários		433 140	337 155

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

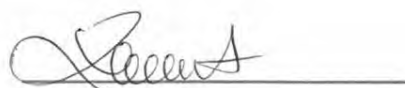
	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido do exercício	433 140	337 155
Alterações de justo valor, líquidas de imposto ⁽¹⁾	20 491	10 292
Total do rendimento integral do exercício	453 630	347 447

(1) O saldo registado em rendimento integral é referente a itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados. As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



Balanço em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	778 165	927 672
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	448 945	4 381 809
Ativos Financeiros detidos para negociação		901	901
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	10 300 706	7 005 599
Aplicações em instituições de crédito	16	15 607 800	10 126 210
Crédito a clientes (líq.)	17	7 267 348	5 402 222
Ativos com acordo de recompra	18	1 471 039	1 404 773
Outros ativos tangíveis	19	222 208	174 574
Ativos intangíveis	20	3 700	2 854
Ativos por impostos correntes	21	40 654	646
Ativos por impostos diferidos	21	20 494	32 608
Outros ativos	22	616 827	554 116
Total de Ativo		36 778 787	30 013 984
Passivo			
Recursos de bancos centrais	23	9 492 215	7 391 092
Recursos de outras instituições de crédito	23	6 319 241	5 658 571
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	14 997 695	15 012 278
Responsabilidades representadas por títulos	25	2 911 611	-
Provisões	26	2 263	3 156
Passivos por impostos correntes	21	23 854	34 307
Passivos subordinados	25	233 131	-
Outros passivos	27	555 246	124 680
Total de Passivo		34 535 256	28 224 083
Capital	28	1 433 000	1 433 000
Reservas de reavaliação	29	30 783	10 292
Outras reservas e resultados transitados	30	346 609	9 454
Resultado líquido		433 140	337 155
Total de Capital Próprio		2 243 531	1 789 901
Total do Capital próprio e Passivo		36 778 787	30 013 984

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

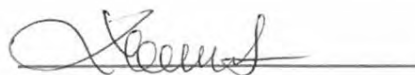
	Capital	Outras Reservas e Resultados Transitados	Reserva de Justo Valor	Resultado líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2021	1 433 000	(180 908)	-	190 362	1 252 092
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	190 362	-	(190 362)	-
Reserva legal	-	19 036	-	(19 036)	-
Resultados Transitados	-	171 326	-	(171 326)	-
Rendimento Integral	-	-	10 292	337 155	347 447
Variação de Justo Valor	-	-	33 111	-	33 111
Impostos Relativos à Variação de Justo Valor	-	-	(22 819)	-	(22 819)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	337 155	337 155
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	1 433 000	9 454	10 292	337 155	1 789 901
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	1 433 000	9 454	10 292	337 155	1 789 901
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	337 155	-	(337 155)	-
Reserva legal	-	33 716	-	(33 716)	-
Resultados Transitados	-	303 440	-	(303 440)	-
Rendimento Integral	-	-	20 491	433 140	453 630
Variação de Justo Valor	-	-	6 256	-	6 256
Impostos Relativos à Variação de Justo Valor	-	-	14 235	-	14 235
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	433 140	433 140
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	1 433 000	346 609	30 783	433 140	2 243 531

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades Operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	977 888	792 518
Juros, comissões e outros custos pagos	(296 957)	(74 333)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	34 556	33 859
Pagamentos a empregados e fornecedores	(325 920)	(323 602)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(69 979)	(7 392)
Fluxo de caixa líquido proveniente do resultado operacional antes da variação nos fundos operacionais	319 589	421 050
(Aumentos) Diminuições dos ativos operacionais		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(3 327 481)	(6 099 589)
Aplicações em instituições de crédito	-	808 065
Créditos sobre clientes	(1 844 836)	(78 423)
Outros ativos	(87 021)	10 402
Aumentos (Diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	2 753 589	9 421 345
Recursos de clientes	15 710	660 878
Responsabilidades representadas por títulos	2 909 000	-
Outros passivos	680 441	(37 637)
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais	1 099 402	4 685 040
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativos intangíveis	(744)	14 281
Aquisição de ativos tangíveis	(55 622)	(5 710)
Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento	(56 367)	8 571
Atividades de Financiamento		
Realização de Capital	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	-	-
Varição líquida de Caixa e equivalentes de caixa	1 362 624	5 114 661
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15 435 955	10 260 995
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	36 545	60 299
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	16 835 124	15 435 955
Caixa e equivalentes de caixa engloba:		
Caixa	166 063	97 266
Disponibilidades em Bancos Centrais	612 091	830 406
Aplicações e Disponibilidades em outras instituições de crédito ⁽¹⁾	16 056 970	14 508 282
Total	16 835 124	15 435 955

(1) Inclui disponibilidades e aplicações com maturidade até três meses

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

A Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

1 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro 2021

NOTA 1: Atividade

O international investment bank, S.A. (iibCV) é um banco comercial, com sede na Cidade da Praia, inaugurado em julho de 2010, tendo iniciado a sua atividade em meados de agosto do mesmo ano. Anteriormente, era designado Banco Internacional de Cabo Verde, S.A.

A atividade do Banco abrange a generalidade das áreas do setor bancário, com especial incidência nos mercados das médias e grandes empresas.

De recordar que o Banco, até 10 de julho de 2018, fazia parte do Grupo Novo Banco, que detinha 100% do seu capital, sendo que, a partir de 11 de julho, após conclusão do processo de venda, passou a ser detido em 90% pelo iib Group Holding WLL, tendo 10% permanecido na posse do Grupo Novo Banco (através do Novo Banco África SGPS, S.A.).

Em julho de 2019, o Banco adota nova denominação, assumindo-se como o international investment bank (iibCV), operando, atualmente, através da Sede na Cidade da Praia e da Unidade de Negócio da Ilha do Sal.

NOTA 2: Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, agora apresentadas, reportam-se a 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas em conformidade com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), em vigor até 31 de dezembro de 2021.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Escudos de Cabo Verde, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças desses face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais

estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2023 e estão pendentes de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Principais Políticas Contabilísticas

a) Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de factoring sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros, e
- As características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Crédito a Clientes”

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, o Banco também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta carteira, todos os instrumentos para os quais se cumpre alguma das seguintes características:

- Sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;
- Sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo;
- Sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos (“Hold to collect”) ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos (“Hold to collect and sell”). Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos e como é que os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos essencialmente com o objetivo de serem vendidos no curto prazo ou fazem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em “outros” modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente

improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *Solely Payments of Principal and Interest* “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o ativo financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

(ii) Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de

outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- Os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

(iii) Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser: (i) amortizada ao

longo da vida do instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

(iv) Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justovalor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base nométodo da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

(v) Receitas e despesas de instrumentos financeiros

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos financeiros.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

- i. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.
- ii. As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:
- iii. Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- iv. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados cambiais”, no caso de ativos financeiros monetários, e em outros rendimentos integrais, no caso de ativos financeiros não monetários.
- v. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.
- vi. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

(vi) Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

(vii) Justo valor

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

(viii) Modificação de créditos

Ocasionalmente o Banco renegocia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “equity-based return”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

(ix) Desreconhecimento que não resulte de uma modificação

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contractual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

(x) Política de abates

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate a ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

(xi) Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos a avaliação de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais, como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo do risco de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Stage 2 – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

Stage 3 – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no decorrer do período. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidos em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no Estágio 1 e Estágio 2 é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva.

As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

Avaliação de aumento significativo de risco de crédito

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requer julgamentos significativos. Os movimentos entre o *Stage 1* e o *Stage 2* têm por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da originação. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Banco faça estimativas e julgamentos subjetivos, e alterações nestas estimativas podem ter impacto nas demonstrações financeiras. Essas estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis no momento da preparação das demonstrações financeiras e levam em consideração as incertezas em torno do impacto do Covid-19 no ambiente económico atual.

Definição de *default* (incumprimento)

A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

i) Análise individual

A análise individual incide sobre todos os clientes significativos. Os clientes significativos são identificados através de um dos seguintes critérios:

- Clientes com exposição superior a 25.000.000 CVE;
- Clientes com exposição superior a 10.000.000 CVE e com outros indicadores de deterioração do risco de crédito.

Na análise individual são seguidas as seguintes metodologias na mensuração da perda esperada dos clientes significativos:

- *Going concern* – as estimativas de recuperação consideram fluxos de caixa operacionais e a execução de garantias;
- *Gone concern* – as estimativas de recuperação consideram apenas a execução de garantias.

ii) Análise coletiva

A análise coletiva incide sobre as operações dos clientes não significativos.

Para os ativos financeiros classificados em *Stage 1* e *Stage 2* a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, a perda, dado o *default* (LGD) e a exposição na data do *default* (EAD). Para os ativos financeiros classificados em *Stage 3*, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a LGD e a EAD.

As PDs e LGDs utilizadas no modelo de imparidade coletiva foram obtidas com base no conhecimento do Banco sobre o setor financeiro de Cabo Verde, uma vez que o reduzido número de operações não permite a estimação de fatores de risco internos.

a) Especialização de exercícios

O Banco segue o princípio da especialização de exercícios, em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada, exclusivamente, em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos, à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

i) Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente, com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

ii) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	4-8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Material de transporte	4
Instalações interiores	8-10
Equipamento de segurança	4-5

Quando existir indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo esse calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Esses custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada desses ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 10 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, que não sejam exspetáveis de virem a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são registados como custos quando incorridos.

e) Benefícios aos empregados

O Banco não registra, nas suas demonstrações financeiras, qualquer acréscimo para férias e subsídio de férias, uma vez que adotou como procedimento pagar férias e subsídio de férias no próprio exercício em que os trabalhadores são admitidos. Assim, sempre que um trabalhador cessa o seu contrato de trabalho com o Banco, apenas lhe é pago os proporcionais de férias e subsídio de férias aos meses trabalhados no ano em que sair.

f) Imposto sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro), à taxa de 22%, e a uma taxa incêndio de 2% sobre o imposto apurado, perfazendo uma taxa globalde 22,44% (2021: 22,44%). Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Contudo, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

g) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

h) Reconhecimento de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

i) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

j) Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio, como dividendos, quando declaradas.

k) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e esse possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

l) Imóveis recebidos em Dação

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas, recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido.

Embora tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação, o Banco regista esses imóveis na rubrica do balanço “Outros Ativos”, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a um ano e ao consequente incumprimento das condições previstas na IFRS 5 para reconhecimento na categoria de “ativos não correntes detidos para venda”. Esses imóveis são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor, deduzido dos custos esperados de venda, e o valor de balanço do crédito concedido, objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor, deduzido dos custos de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com esses ativos, assim que determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações desses imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

i) Método de Mercado

Este método tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis

ao imóvel objeto de estudo, obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

ii) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel, a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

iii) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas nesse tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

m) Locações

A IFRS 16 estabelece os seguintes requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- Na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- Na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado durante um certo período em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

O IIBCV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- Um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Net Present Value (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente, é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações, de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- Um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - As quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
 - O preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
 - Pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data-fim

da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a os impactos económicos decorrentes da não renovação dos contratos.

Subsequentemente, é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada, de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada, de forma a refletir os pagamentos de locação;
- A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- Houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos, utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O iibCV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente:

- Na demonstração dos resultados:
 - i. Registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - ii. Registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
 - iii. Registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.
- No balanço:
 - i. Registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
 - ii. Registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

NOTA 3: Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Perdas por Imparidade em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

- a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte

temporal de 12 meses, para os ativos em *Stage 1*, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em *Stage*

2. e 3. Um ativo é classificado em *Stage 2* sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.

Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras, tendo por base *benchmark*.

d) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por viados fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas Notas 14, 15 e 16, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

Impostos Sobre os Lucros

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). A determinação do montante global de impostos sobre os lucros (ver Nota 19) requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de 3 anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na Nota 14.

NOTA 4: Reporte por Segmentos

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida listada em Bolsa, no âmbito do parágrafo 2 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está isento de apresentar informação relativa aos segmentos.

NOTA 5: Juros e Proveitos Similares

Essa rubrica apresenta a seguinte desagregação:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Juros de crédito a clientes	389 703	376 789
Juros de aplicações em instituições financeiras	213 778	148 904
Juros de títulos	329 994	150 238
Juros de disponibilidades em OIC	57	12 213
Outros	933	51
TOTAL	934 464	688 195

O aumento dos juros é originado pelo incremento da atividade e, conseqüentemente, por uma maior diversificação das fontes de rendimento, essencialmente pelo investimento em títulos e por um maior volume de aplicações em OIC.

NOTA 6: Juros e Custos Similares

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Juros de recursos de bancos centrais	84 978	31 257
Juros de recursos de clientes	205 262	134 359
Juros de responsabilidades representadas por títulos	2 611	-
Juros de passivos subordinados	3 131	-
Outros	656	850
TOTAL	296 637	166 466

O aumento dos juros é maioritariamente originado pelo incremento registado no volume de depósitos a prazo.

NOTA 7: Proveitos e Custos com Serviços e Comissões

Essa rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos de serviços e comissões	94 378	127 154
Operações de crédito	25 525	48 598
Transferência de valores	23 495	28 837
Comissões diversas	21 031	27 136
Comissão de montagem de operações	8 017	11 085
Comissão de gestão de conta	6 875	5 873
Outras comissões	6 139	10 178
Garantias e avales prestados	22 629	21 322
Gestão de cartões	1 685	1 262
Créditos documentários	12	-
Encargos com serviços e comissões	(17 008)	(28 737)
Comissão sobre operações de mercado	(11)	(12 421)
Comissão sobre cartões de crédito	(13 655)	(10 530)
Outras comissões	(3 342)	(5 786)
TOTAL	77 370	98 417

NOTA 8: Resultados de Ativos ao Justo Valor

O valor relativo a resultados de ativos ao justo valor (48,88 milhões de escudos) com reconhecimento em resultados, em 2021, diz respeito aos efeitos cambiais resultantes de operações *Swap* efetuadas pelo Banco, como instrumento de gestão de tesouraria.

NOTA 9: Resultados de Reavaliação Cambial

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Ganhos em operações cambiais Divisas	45 785	16 220
Perdas em operações cambiais Divisas	(9 240)	(4 803)
TOTAL	36 545	11 416

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 c).

NOTA 10: Outros Resultados de Exploração

Essa rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Outros custos	(11 768)	(6 027)
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	(3 000)	(3 000)
Impostos diretos e indiretos	(299)	(1 701)
Quotização e Donativos	(6 708)	-
Outros	(1 762)	(1 326)
Outros ganhos	46 325	51 044
Recuperação de crédito	38 531	20 760
Reversão de especializações	-	11 519
Reversão de outras provisões	-	11 156
Ganhos diversos	48	6 792
Outros	7 745	3 480
TOTAL	34 556	45 017

NOTA 11: Custos com Pessoal

Essa rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	89 643	85 962
Encargos Sociais	12 181	11 883
Outros custos com pessoal	18 617	16 556
TOTAL	120 440	114 401

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do Banco decompõem-se como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Conselho de Administração	18 790	17 930
Conselho Fiscal	1 680	1 680
TOTAL	20 470	19 610

Verificaram-se, durante o ano, quatro contratações, visando reforçar áreas-chave do Banco e pôr em andamento a estratégia do Banco. Assim, o número de colaboradores, por categoria profissional, analisa-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Comissão Executiva	3	3
Direção	13	11
Técnicos	23	21
Administrativos	4	4
TOTAL	43	39

NOTA 12: Gastos Gerais Administrativos

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Serviço especializado de informática	65 518	66 424
Serviços especializados diversos	42 976	43 099
Honorários ⁽¹⁾	14 374	17 590
Serviços diversos ⁽²⁾	10 477	13 530
Comunicações e despesas de expedição	10 659	9 802
Outros ⁽³⁾	7 622	4 817
Diversos Fornecimentos de Terceiros	5 568	3 415
Deslocações, estadas e representação	8 276	3 409
Rendas de imóveis ⁽⁴⁾	2 700	2 965
Publicidade	2 953	1 185
Transporte de valores	2 061	576
TOTAL	173 184	166 813

1)Esta rubrica inclui honorários aos Auditores Certificados, no valor de 5,95 milhões de escudos.

2)Esta rubrica inclui serviços de eletricidade e combustíveis, publicações, higiene, conservação e reparação, formação e seguro.

3)Esta rubrica inclui custos judiciais, segurança e outros (e.g. serviços ligados a condomínios).

4)As rendas são referentes às residências dos membros da Comissão Executiva.

NOTA 13: Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	166 063	97 266
Disponibilidades à Ordem no Banco de Cabo Verde	612 091	830 406
Juros	12	-
TOTAL	778 165	927 672

NOTA 14: Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	448 945	4 381 809
TOTAL	448 945	4 381 809

Os depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito não são remunerados. Os cheques a cobrar correspondem a cheques sacados a clientes de outros bancos, enviados para compensação.

NOTA 15: Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	10 127 496	6 852 723
Reserva de justo valor	108 438	101 688
Obrigações Corporativas	61 797	75 334
Rendimentos a receber	73 160	44 762
Imparidade	(70 184)	(68 908)
TOTAL	10 300 706	7 005 599

As Obrigações de Tesouro em carteira no final do ano de 2021 tinham maturidade residual inferior a 3 anos (2,9 anos) e venciam juros à taxa anual de 3,175%. Em 2021, a maturidade residual média era superior a 3 anos (3,4 anos) e venciam juros à taxa média anual de 3,241%.

A 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentava 70,18 milhões de escudos de imparidade reconhecida para ativos financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral. Este reconhecimento está essencialmente associado à rubrica de Obrigações do Tesouro de Cabo

Verde, em resultado da aplicação da IFRS 9 relativa ao reconhecimento do conceito de perda esperada (*Expected Credit Loss*) e cuja mensuração se baseia na definição de risco país, atribuível em função do rating internacional para Cabo Verde.

NOTA 16: Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica compõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro	11 407 800	8 622 438
Aplicações em outras instituições financeiras	7 184 692	8 608 441
Aplicações a muito curto prazo	4 212 129	-
Juros	11 205	14 260
Imparidade	(225)	(264)
Aplicações em instituições financeiras no país	4 200 000	1 503 772
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	4 200 000	1 320 000
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	-	183 772
TOTAL	15 607 800	10 126 210

O escalonamento do vencimento das aplicações em instituições de crédito, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro		
Até 3 meses	11 407 800	8 622 438
Aplicações em instituições financeiras no país		
Até 3 meses	4 200 000	1 503 772
TOTAL	15 607 800	10 126 210

As aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2022, venciam juros à taxa média anual de 2,34%. A 31 de dezembro de 2021, as aplicações em carteira venciam juros à taxa média anual de 1,89%

NOTA 17: Crédito a Cliente

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Por tipo de cliente Empresa</u>		
Empresa	6 717 780	4 796 946
Particular	599 593	685 327
	7 317 373	5 482 273
<u>Por maturidade</u>		
Médio e longo prazo	6 098 558	5 426 336
Curto Prazo	1 218 815	55 937
	7 317 373	5 482 273
<u>Por Produto</u>		
Empréstimos	6 377 866	3 913 945
Crédito à habitação	555 878	642 399
Créditos em conta corrente	339 717	845 284
Crédito individual	23 882	23 041
Descobertos em depósitos à ordem	1 785	41 739
Particular Outros	18 245	15 866
	7 317 373	5 482 273
Juros a receber	53 808	38 384
Efeito Custo Amortizado	(12 257)	(17 280)
Imparidade	(91 576)	(101 156)
Crédito Líquido de Imparidade	7 267 348	5 402 222

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2022 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	6 649 534	57 344	26 747	752	41 500	31 137	6 717 780	89 232
Particular - Habitação	471 864	86	28 479	251	55 536	534	555 878	871
Consumo	31 696	290	3 352	48	8 667	1 135	43 715	1 473
	7 153 093	57 720	58 578	1 051	105 702	32 805	7 317 373	91 576

A exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2021 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	4 713 545	56 712	50268	1 187	33 132	29 956	4 796 946	87 855
Particular - Habitação	506 063	85	55973	299	80 364	10 749	642 399	11 133
Consumo	28 623	165	2056	29	12 249	1 973	42 928	2 167
	5 248 231	56 961	108 297	1 516	125 745	42 678	5 482 273	101 156

O crédito vencido integrado na carteira de créditos ascendia a 31 de dezembro de 2021 e 2020 ao seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Crédito Vencido até 90 dias	102	1 015
Crédito Vencido há mais de 90 dias	75 057	80 762
Total	75 159	81 777

Cumprindo a regulamentação vigente, o Banco procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturados por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente tenha incumprido ou seja previsível que venha a incumprir com sua obrigação financeira.

Os valores de crédito reestruturado a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Crédito a empresas	7 508	13 940
Crédito à habitação	18 376	24 265
Outro Crédito a particulares	1 785	1 021
Total	27 669	39 226

O escalonamento do crédito a clientes bruto e juros a receber por prazos de vencimento, excluindo efeito do custo amortizado, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Até 3 meses	56 349	42 323
De 3 meses a 1 ano	1 182 513	20 043
De 1 a 5 anos	1 590 080	1 235 796
Mais de 5 anos	4 508 478	4 190 540
Duração indeterminada	33 761	31 955
TOTAL	7 371 182	5 520 657

A carteira de crédito a clientes de 31 de dezembro de 2022 estava contratada à taxa anual média de 8,17% (31 de dezembro de 2021: 8,18%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito em 2022 são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
31.12.2021	56 961	1 516	42 678	101 156
Aumentos	13 910	52	16 534	30 495
Reposição/(Reversão)	(13 150)	(517)	(5 033)	(18 700)
Utilização	-	-	(21 374)	(21 374)
31.12.2022	57 721	1 051	32 805	91 576

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2021, são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
31.12.2020	19 030	7 304	55 630	81 964
Dotação	41 833	1 184	7 586	50 603
Reposição/(Reversão)	(3 901)	(6 972)	3 668	(7 206)
Utilização	-	-	(24 205)	(24 205)
31.12.2021	56 961	1 516	42 678	101 156

O valor inscrito em "Outros movimentos" é referente a imparidade registada relativa a juros de crédito reintegrado no balanço, em conformidade com o IFRS 9, após terem sido anulados em períodos anteriores.

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR										Total	
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	22 819	721	1 496	22	356 141	9 637	4 195 082	61 937	22 788	1 359	4 598 327	73 675
Coletiva	18 200	53	209 156	567	498 030	9 661	1 416 856	6 634	576 805	985	2 719 046	17 901
Total	41 019	774	210 652	589	854 171	19 299	5 611 938	68 571	599 593	2 344	7 317 373	91 576

As exposições relativas ao setor de Transportes são, na sua totalidade, créditos concedidos a empresas com vínculo ao Estado, com o total apoio deste.

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO								Total	
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	4 552 720	71 595	22 819	721	14 446	228	8 342	1 130	4 598 327	73 675
Coletiva	2 124 042	16 906	18 200	10	541 432	643	35 373	343	2 719 046	17 901
Total	4 761 735	65 942	35 211	1 111	642 399	11 133	42 928	2 167	7 317 373	91 576

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR										Total	
	Construção		Indústrias		Comércio		Serviços		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	35 013	1 106	2 426	35	359 871	9 530	4 008 681	69 905	52 227	11 776	4 458 218	92 352
Coletiva	197	4	109 849	2 415	45 775	478	235 134	4 382	633 101	1 525	1 024 055	8 804
Total	35 211	1 111	112 275	2 451	405 645	10 008	4 243 815	74 286	685 327	13 300	5 482 273	101 156

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO								Total	
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Exposição	Imparidade
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	4 370 978	79 470	35 013	1 106	42 443	10 426	9 783	1 350	4 458 218	92 352
Coletiva	390 757	7 274	197	4	599 956	707	33 145	818	1 024 055	8 804
Total	4 761 735	65 942	35 211	1 111	642 399	11 133	42 928	2 167	5 482 273	101 156

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2022:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de Operações	Montante	Imparidade Constituída
2010	-	-	-	-	-	-	2	5 926	1	-	-	-	2	5 926	1
2011	1	28 303	76	-	-	-	4	27 397	6	-	-	-	6	70 604	83
2012	-	-	-	-	-	-	9	55 072	6	-	-	-	10	60 236	6
2013	-	-	-	-	-	-	5	24 941	9	-	-	-	7	34 904	9
2014	-	-	-	-	-	-	5	29 782	3	-	-	-	5	30 670	3
2015	-	-	-	-	-	-	79	249 368	379	-	-	-	86	335 175	379
2016	-	-	-	-	-	-	3	14 528	51	-	-	-	7	46 749	51
2017	-	-	-	-	-	-	1	3 739	6	1	25	0	11	52 512	6
2018	-	-	-	-	-	-	4	24 308	2	3	490	3	16	288 322	6
2019	2	433	5	1	22 819	721	2	13 692	7	6	10 909	1 146	21	683 832	1 879
2020	5	337 501	3 281	-	-	-	3	22 332	2	7	3 113	26	45	2 426 162	3 310
2021	14	1 411 452	12 284	-	-	-	10	66 938	391	9	7 010	43	46	1 441 449	12 717
2022	25	4 899 072	72 812	2	18 200	53	4	17 854	9	24	22 168	254	46	1 441 449	73 128
Total	47	6 676 761	88 458	3	41 019	774	131	555 878	871	50	43 715	1 473	308	6 917 989	91 576

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2021:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	4	11 659	1	-	-	-	4	11 659	1
2011	1	35 379	96	-	-	-	5	35 225	8	-	-	-	6	70 604	104
2012	-	-	-	-	-	-	10	60 236	6	-	-	-	10	60 236	6
2013	-	-	-	-	-	-	7	34 904	21	-	-	-	7	34 904	21
2014	-	-	-	-	-	-	5	30 670	3	-	-	-	5	30 670	3
2015	1	35 714	675	-	-	-	85	299 461	6 528	-	-	-	86	335 175	7 203
2016	4	31 487	29 347	-	-	-	3	15 262	61	-	-	-	7	46 749	29 409
2017	6	46 892	800	-	-	-	1	3 945	6	4	1 674	59	11	52 512	866
2018	5	251 441	5 974	-	-	-	6	35 183	4	5	1 698	15	16	288 322	5 993
2019	7	616 723	6 808	2	35 211	1 111	2	14 655	8	10	17 243	1 958	21	683 832	9 885
2020	29	2 395 881	29 353	-	-	-	3	23 304	2	13	6 977	53	45	2 426 162	29 409
2021	19	1 348 218	13 692	-	-	-	10	77 895	4 483	17	15 335	82	46	1 441 449	18 257
Total	72	4 761 735	86 744	2	35 211	1 111	141	642 399	11 133	49	42 928	2 167	264	5 482 273	101 156

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento a 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total					Imparidade Total 31.12.2022			
	Exposição Total 31.12.2022	Dias de atraso <90			Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo de risco de crédito	Sub-total					
Construção e CRE	41 019	40 822	-	40 822	197	731	770	-	4
Corporate	6 676 761	6 633 903	1 556	6 635 459	41 303	88 501	57 314	12	31 132
Habitação	555 878	522 636	-	522 636	33 242	871	515	-	356
Particular	43 715	43 391	-	43 391	324	1 473	1 469	-	4
Total	7 317 373	7 240 751	1 556	7 242 307	75 067	91 576	60 067	12	31 497

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2022					Imparidade 31.12.2022			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual reestruturado	Aumento significativo de risco de crédito	Do qual reestruturado	Imparidade Total 31.12.2021	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	41 019	40 822	-	-	-	731	770	-	4
Corporate	6 676 761	6 633 903	-	1 556	-	88 501	57 314	12	31 132
Habitação	555 878	522 636	14198	-	-	871	515	-	356
Particular	43 715	43 391	1785	-	-	1 473	1 469	-	4
Total	7 317 373	7 240 751	15983	1 556	-	91 576	60 067	12	31 497

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total					Imparidade 31.12.2021			
	Exposição Total 31.12.2021	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso >90	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito						
Construção e CRE	35 211	35 013	-	35 013	197	1 111	-	-	4
Corporate	4 761 735	4 720 966	9 480	4 730 445	31 290	86 744	609	54	29 343
Habitação	642 399	564 741	30 691	595 432	46 967	11 133	43	4 211	6 409
Particular	42 928	40 620	-	40 620	2 308	2 167	1 289	-	684
Total	5 482 273	5 361 340	40 171	5 401 511	80 762	101 156	1 941	4 264	36 441

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2021						Imparidade 31.12.2021				
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo de risco de crédito		Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo de risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
				Do qual reestruturado	Do qual reestruturado						
Construção e CRE	35 211	35 013	-	-	-	197	-	1 111	-	-	4
Corporate	4 761 735	4 720 966	7 420	9 480	6 520	31 290	-	86 744	609	54	29 343
Habitação	642 399	564 741	15 202	30 691	4 885	46 967	4 178	11 133	43	4 211	6 409
Particular	42 928	40 620	1 021	-	-	2 308	-	2 167	1 289	-	684
Total	5 482 273	5 361 340	23 644	40 171	11 405	80 762	4 178	101 156	1 941	4 264	36 441

Em 31 de Dezembro de 2022, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção, Commercial Real Estate (CRE) e Outras Atividades diretamente Relacionadas (OAR) e habitação é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	4	897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2 910	-	-	15	3 807
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6 550	-	-	7	6 550
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	1	3 800	8	16 539	-	-	-	-	8	35 896	3	10 905	-	-	2	2 400	9	39 696	13	29 844
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	-	-	1	9 400	-	-	75	608 200	-	-	-	-	-	-	76	617 600	-	-
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	12 400	2	30 500	-	-	-	-	26	372 933	-	-	-	-	-	-	27	385 333	2	30 500
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	1	34 500	2	67 894	-	-	-	-	12	338 450	-	-	-	-	-	-	13	372 950	2	67 894
>= 50 MCVE	1	541 994	2	1 045 863	1	128 300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	670 294	2	1 045 863
Total	4	621 794	18	1 161 693	2	137 700	-	-	121	1 355 479	3	10 905	-	-	20	11 860	128	2 085 873	41	1 184 458

Em 31 de Dezembro de 2021, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	6	1 565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	950	-	-	12	2 515
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	1	800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2 323	-	-	4	3 123
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	1	3 800	8	24 056	-	-	-	-	9	42 154	1	3 445	-	-	4	7 800	10	45 954	13	35 301
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	80	654 600	-	-	-	-	-	-	80	654 600	-	-
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	12 500	2	30 169	-	-	-	-	28	405 113	-	-	-	-	-	-	29	417 613	2	30 169
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	2	60 000	1	46 994	-	-	-	-	12	337 300	-	-	-	-	-	-	14	397 300	1	46 994
>= 50 MCVE	2	545 494	-	-	1	128 300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	673 794	-	-
Total	6	621 794	18	103 584	1	128 300	-	-	129	1 439 167	1	3 445	-	-	13	11 073	136	2 189 261	32	118 102

O rácio de cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2022					
Segmento /Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
< 100%	-	-	-	-	-
<= 125% e > 100%	-	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	-	-	-	-	-
>= 150%	2	24 989	-	197	731
Sem colateral associado		15 833	-	-	-
Corporate					
< 100%	-	1 067 630	670	31 107	33 526
<= 125% e > 100%	-	-	-	2 329	-
<= 150% e > 125%	1	335 773	-	-	9 449
>= 150%	4	38 754	-	5 808	172
Sem colateral associado		5 191 747	886	2 057	45 353
Habitação					
< 100%	5	27 647	-	-	27
<= 125% e > 100%	5	29 293	-	-	12
<= 150% e > 125%	7	38 064	-	4 504	62
>= 150%	104	427 632	-	28 739	770
Sem colateral associado		-	-	-	-
Particular					
< 100%	-	21 416	-	-	127
<= 125% e > 100%	-	6 560	-	-	5
<= 150% e > 125%	-	2 749	-	-	5
>= 150%	1	9 196	-	-	1 132
Sem colateral associado		3 470	-	324	205
Total	129	7 240 751	1 556	75 067	91 576

Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2021

Segmento /Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Construção e CRE					
< 100%	0	-	-	-	-
<= 125% e > 100%	0	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	0	-	-	-	-
>= 150%	1	35 013		-197	1 106
Sem colateral associado		-	--		4
Corporate					
< 100%	0	34 868	-	29 283	29 882
<= 125% e > 100%	0	1 976	-	-	-
<= 150% e > 125%	2	314 357	2 960	-	9 261
>= 150%	4	50 120	6 520	2 007	176
Sem colateral associado		4 319 645	-	-	47 426
Habitação					
< 100%	5	27 816	-	13 295	6 065
<= 125% e > 100%	5	29 587	-	-	17
<= 150% e > 125%	10	53 934	14 385	4 504	4 207
>= 150%	108	453 404	16 306	29 168	844
Sem colateral associado		-	-	-	-
Particular					
< 100%		-	-	-	-
<= 125% e > 100%		4 400	-	-	7
<= 150% e > 125%		601	-	-	1
>= 150%	1	10 466	-	-	1 289
Sem colateral associado		25 152	-	2 308	870
Total	136	5 361 340	40 171	80 762	101 156

NOTA 18: Ativos com Acordo de Recompra

A 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentava 1,47 milhões de escudos (2021: 1,40 milhões) relativos a títulos em carteira cedidos com acordo de recompra, classificados como um instrumento de mercado monetário.

NOTA 19: Outros Ativos Tangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valores expressos em milhares de escudos)	
	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis		
Edifícios	212 827	212 827
Obras em imóveis arrendados	<u>38 352</u>	<u>38 352</u>
	251 178	251 178
Equipamentos		
Mobiliário e material	44 726	42 890
Equipamento informático	31 895	28 675
Instalações interiores	17 061	17 061
Equipamento segurança	12 446	12 446
Máquinas e ferramentas	10 227	9 951
Material de transporte	6 737	6 737
	123 092	117 760
Ativos em locação operacional		
Equipamento	18 591	-
Ativo por direito de uso	16 375	18 745
	34 966	18 745
Ativos tangíveis em curso		
Equipamento	15 828	140
Imóveis	515	463
	16 343	602
Depreciação	(203 372)	(179 045)
Imparidade	-	(34 667)
TOTAL	222 208	174 574

Durante o ano de 2022, o Banco solicitou a reavaliação do edifício Sede uma entidade independente, tendo sido determinado um valor de mercado atual do imóvel superior ao respetivo valor líquido contabilístico. Em resultado desta reavaliação, o Banco procedeu à reversão da imparidade registada.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.2021				Movimentos em 2022				Saldos em 31.12.2022			
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Regularizações Valor Imob.	Depreciações do exercício	Imparidade	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis												
Edifícios	212 827	72 506	34 667	105 653	-	-	11 036	(34 667)	212 827	83 542	-	129 285
Obras em imóveis arrendados	38 352	26 108	-	12 244	-	-	1 676	-	38 352	27 784	-	10 568
	251 178	98 614	34 667	117 897	-	-	12 711	(34 667)	251 178	111 325	-	139 853
Equipamentos												
Material de transporte	6 738	2 665	-	4 072	-	-	760	-	6 738	3 425	-	3 313
Mobiliário e material	42 890	29 706	-	13 183	1 836	-	3 397	-	44 726	33 103	-	11 623
Equipamento informático	28 675	21 177	-	7 498	3 220	-	3 598	-	31 895	24 775	-	7 120
Instalações interiores	17 061	12 021	-	5 039	-	-	1 373	-	17 061	13 394	-	3 666
Equipamento segurança	12 446	8 248	-	4 198	-	-	1 420	-	12 446	9 668	-	2 778
Máquinas e ferramentas	9 951	6 613	-	3 338	276	-	1 068	-	10 227	7 681	-	2 546
	117 760	80 431	-	37 329	5 333	-	11 616	-	123 093	92 047	-	31 046
Ativos em locação operacional												
Ativo por direito de uso	18 745	-	-	18 745	23 220	(227)	6 772	-	41 738	6 772	-	34 966
	18 745	-	-	18 745	23 220	(227)	6 772	-	41 738	6 772	-	34 966
Ativos tangíveis em curso												
Equipamento	140	-	-	140	15 688	-	-	-	15 828	-	-	15 828
Obras em imóveis arrendados	463	-	-	463	52	-	-	-	515	-	-	515
	602	-	-	602	15 740	-	-	-	16 343	-	-	16 343
	388 286	179 045	34 667	174 574	44 293	(227)	31 099	(34 667)	432 352	210 144	-	222 208

O movimento nesta rubrica em 2021 foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	SalDOS em 31.12.2020				Movimentos em 2021						SalDOS em 31.12.2021			
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Regularizações Valor Imob.	Valor Imob.	Amortiz.	Depreciações do exercício	Imparidades	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis														
	212 551	61 484	43 160	107 908	275	-	-	-	11 022	(8 493)	212 827	72 506	34 667	105 653
	38 352	22 610	-	15 742	-	-	-	-	3 498	-	38 352	26 108	-	12 244
	<u>250 903</u>	<u>84 094</u>	<u>43 160</u>	<u>123 649</u>	<u>275</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14 520</u>	<u>(8 493)</u>	<u>251 178</u>	<u>98 614</u>	<u>34 667</u>	<u>117 897</u>
Equipamentos														
Material de transporte	27 807	22 976	-	4 832	-	-	21 070	21 070	760	-	6 738	2 665	-	4 072
Mobiliário e material	41 933	26 400	-	15 533	957	-	-	-	3 306	-	42 890	29 706	-	13 183
Equipamento informático	27 335	17 883	-	9 452	1 340	-	-	-	3 294	-	28 675	21 177	-	7 498
Instalações interiores	16 953	10 377	-	6 576	108	-	-	-	1 644	-	17 061	12 021	-	5 039
Equipamento segurança	12 128	6 849	-	5 279	318	-	-	-	1 399	-	12 446	8 248	-	4 198
Máquinas e ferramentas	9 743	5 679	-	4 064	208	-	-	-	934	-	9 951	6 613	-	3 338
	<u>135 899</u>	<u>90 163</u>	<u>-</u>	<u>45 735</u>	<u>2 931</u>	<u>-</u>	<u>21 070</u>	<u>21 070</u>	<u>11 337</u>	<u>-</u>	<u>117 760</u>	<u>80 431</u>	<u>-</u>	<u>37 329</u>
Ativos em locação														
Ativo por direito de uso	21 546	-	-	21 546	-	(2 801)	-	-	-	-	18 745	-	-	18 745
	21 546	-	-	21 546	-	(2 801)	-	-	-	-	18 745	-	-	18 745
Ativos tangíveis em curso														
Equipamento	-	-	-	-	140	-	-	-	-	-	140	-	-	140
Obras em imóveis arrendados	451	-	-	451	12	-	-	-	-	-	463	-	-	463
	<u>451</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>451</u>	<u>151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>602</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>602</u>
	<u>408 799</u>	<u>174 257</u>	<u>43 160</u>	<u>191 382</u>	<u>3 357</u>	<u>(2 801)</u>	<u>21 070</u>	<u>21 070</u>	<u>25 858</u>	<u>(8 493)</u>	<u>388 286</u>	<u>179 045</u>	<u>34 667</u>	<u>174 574</u>

NOTA 20: Ativos Intangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Sistemas de tratamento automático de informação (software)	209 189	208 444
Ativos intangíveis em curso	700	700
Amortizações	(198 610)	(190 057)
Imparidade	(7 578)	(16 233)
TOTAL	3 700	2 854

Os ativos intangíveis em curso representam o custo incorrido com desenvolvimentos de melhoria do sistema core em uso pelo banco, de modo a responder a necessidades específicas.

O movimento nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2022, foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.2021				Movimentos em 2022			Saldos em 31.12.2022			
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidades	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Software	208 444	190 060	16 230	2 154	744	8 553	(8 655)	209 188	198 614	7 574	3 000
Software (em curso)	700	-	-	700	-	-	-	700	-	-	700
	209 144	190 060	16 230	2 854	744	8 553	(8 655)	209 888	198 614	7 574	3 700

Em 31 de dezembro de 2021, foi conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.2020				Movimentos em 2021			Saldos em 31.12.2021			
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidades	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Software	208 444	181 042	24 885	2 517	-	9 017	(8 655)	208 444	190 060	16 230	2 154
Software (em curso)	14 981	-	-	14 981	(14 281)	-	-	700	-	-	700
	223 425	181 042	24 885	17 498	(14 281)	9 017	(8 655)	209 144	190 060	16 230	2 854

NOTA 21: Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC).

O imposto sobre o rendimento corrente é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é, igualmente, refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi efetuado com base numa taxa de 22,44%, englobando uma taxa nominal de IRPC e Taxa de Incêndio, de acordo com a Lei n.º 82/VIII/2014, de 08 de janeiro de 2015.

As declarações de autoliquidação do IRPC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, durante um período de três anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos, essencialmente, a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos por Impostos correntes	40 654	4 824	646	34 307
Imposto sobre o Rendimento (IRPC) - estimativa	23 602	4 824	646	34 307
Pagamento por conta	17 051	-	-	-

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de impostos	486 890	420 562
Taxa de imposto	22,44%	22,44%
Encargo teórico com IRPC	109 258	94 374
Efeito dos custos não dedutíveis		
Outros custos / deduções	(65 214)	(41 053)
Benefícios fiscais	(7 606)	-
Prejuízos fiscais dedutíveis	(14 404)	(26 660)
Imposto sobre o rendimento corrente do exercício	22 034	26 660
Tributação autónoma	221	7 647
Imposto sobre rendimento	22 255	34 307
Taxa efetiva de imposto	4,60%	8,20%

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais acumulados a 31 de dezembro de 2022, sujeitos à confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a 61 milhões de escudos e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros até 7 anos após o ano da respetiva geração. Em 2019, o Banco procedeu ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos sobre as perdas fiscais reportáveis, atendendo à sua previsível materialização como benefício, o qual se encontra suportado pela obtenção de resultados positivos nos últimos anos e por um plano de negócios demonstrativo da capacidade do Banco em utilizar os mesmos.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Montante	
Prejuízo fiscal de 2018	61 568	→ Dedutível até 2025
Prejuízo fiscal acumulado	61 568	

Conforme explicitado acima e considerando a legislação fiscal em vigor no país, os resultados negativos de exercícios anteriores poderão ser recuperados por via de crédito fiscal, num período máximo de até 7 anos, subsequente ao reconhecimento destas perdas, à razão de 50% de benefício anual.

Desta forma, e tendo em consideração a previsibilidade de reconhecimento de resultados futuros, o iibCV procedeu, no exercício de 2019, ao reconhecimento de impostos diferidos ativos, respeitantes aos resultados negativos registados em anos transatos, designadamente no período compreendido entre 2016 e 2018 e outras diferenças temporárias.

Em 2022, procedeu-se à utilização parcial do imposto diferido ativo reconhecido e reconheceu-se diferenças temporárias, resultando no registo de encargos por impostos diferidos no valor de 26 milhões de escudos.

O registo dos impostos diferidos ativos detalha-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	Movimentos 2022		31.12.2021
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Balanço				
Ativos por impostos diferidos	20 494	(26 349)	14 235	32 608
Reservas	8 584	-	(14 235)	22 819
Encargos por impostos diferidos	26 349	26 349	-	49 100

NOTA 22: Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Devedores diversos		
Valores a receber	250 785	175 189
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	150 088	157 540
Outras disponibilidades	130 243	70 385
Outros	890	890
Outros gastos administrativos	7 538	8 040
Outras contas de regularização	102 751	168 967
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	(25 468)	(26 894)
TOTAL	616 827	554 116

O valor dos Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio corresponde ao saldo respeitante a imóveis recebidos em dação em cumprimento de dívidas, durante o ano de 2016 a 2022. Esses encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 m).

Os movimentos ocorridos nas imparidades de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	26 894	27 519
Reversões	(1 426)	(626)
Saldo Final	25 468	26 894

O detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, em 2022 e 2021, por tipo de ativo e por antiguidade, é apresentado nos seguintes quadros:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2022				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor Contabilístico	Imparidade	Valor Líquido contabilístico
Edifício construído					
Habitação	6	110 950	120 317	22 696	97 620
Terreno					
Urbano	1	34 000	29 772	2 772	27 000
Total	7	144 950	150 088	25 468	124 620

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2021				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Imparidade	Valor Líquido
Edifício construído					
Habitação	7	122 200	127 768	24 122	103 646
Terreno					
Urbano	1	34 000	29 772	2 772	27 000
Total	8	156 200	157 540	26 894	130 646

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2022							
	>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		> 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Edifício Construído								
Habitação	26 000	22 942	10 000	12 375	74 950	85 000	110 950	120 317
Terreno								
Urbano	-	-	-	-	34 000	29 772	34 000	29 772
Total	26 000	22 942	10 000	12 375	108 950	114 772	144 950	150 088

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2021									
	< 1 ano		>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		> 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Edifício construído										
Habitação	9 400	7 452	26 000	22 942	44 000	47 375	42 800	50 000	122 200	127 768
Terreno										
Urbano	-	-	-	-	34 000	29 772	-	-	34 000	29 772
Total	9 400	7 452	26 000	22 942	78 000	77 146	42 800	50 000	156 200	157 540

NOTA 23: Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições Financeiras

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Recursos de bancos centrais	9 434 339	7 347 331
Recursos de outras instituições de crédito	6 319 241	5 652 660
Juros	57 876	49 672
TOTAL	15 811 456	13 049 663

NOTA 24: Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos	14 913 555	14 897 845
À ordem	10 766 432	9 981 314
A prazo	4 147 123	4 916 531
Juros	84 140	114 433
TOTAL	14 997 695	15 012 278

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Exigível à vista	10 766 432	9 981 314
Exigível a prazo	4 231 263	5 030 963
Até 3 meses	185 694	213 341
De 3 meses a 1 ano	545 087	1 004 897
De 1 a 5 anos	3 500 482	3 812 725
TOTAL	14 997 695	15 012 277

Os recursos de clientes exigíveis a prazo foram contratados à taxa anual média de 2,22% (31 de dezembro de 2021: 2,38%).

NOTA 25: Responsabilidades representados por Títulos e Passivos Subordinadas

No exercício de 2022, no âmbito do programa nacional de desenvolvimento do mercado de capitais, o Banco procedeu a quatro emissões de títulos de dívida, que totalizam 3,14 mil milhões de escudos, tendo as referidas emissões sido adquiridas por clientes em carteira própria.

As emissões, que incluem o primeiro derivado emitido em Bolsa no país, foram todas no âmbito de Ofertas Particulares e têm maturidade média de 5 anos, estando segmentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022
Responsabilidades representadas por títulos	2 911 611
Obrigações Sociais	300 000
Obrigações Seniores	2 400 000
Credit Linked Note	209 000
Juros	2 611
Passivos subordinados	233 131
Obrigações Subordinadas	230 000
Juros	3 131
Total	3 144 741

As Obrigações Sociais foram emitidas no âmbito do programa de introdução, no país, de Obrigações Sustentáveis, cuja remuneração final estava atrelada ao sucesso do Depósito a Prazo Indexado ALDEIAS SOS. Uma percentagem do montante subscrito sobre os dois produtos foi revertida a favor das Aldeias Infantis SOS Cabo Verde, em cumprimento da política de sustentabilidade e responsabilidade social do iibCV.

(Valores expressos em milhares de escudos)

Designação	Data de Emissão	Data de Vencimento	Tipo de Amortização	Periodicidade do Pagamento dos Juros	Taxa de Juros	Valor de Balanço	Valor Nominal
iib Subordinated Participation Bond Série A (TD + 3,25%) - 2022 2032	10-ago-2022	10-ago-2032	Na maturidade	Semestral	3,50%	233 131	230 000
iib Solidary Indexed Bond Série B (2,95% + SOS) - 2022 2024	18-Nov-22	18-Nov-24	Na maturidade	Anual	3,10%	301 111	300 000
iib PRAE - Programa de Apoio à Economia Série A (5% TANB) - 2022 2027	30-Nov-22	01-dez-2027	Trimestral	Trimestral	5,00%	209 900	209 000
iib 3S Senior Bond Série C (3%) - 2022 2025	28-dez-2022	28-dez-2025	Na maturidade	Anual	3,00%	2 400 600	2 400 000

NOTA 26: Provisões

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Provisões para compromissos assumidos	2 263	3 156
Total	2 263	3 156

Os movimentos ocorridos nas provisões são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	3 156	49 093
Reversões	(918)	(46 813)
Dotações	24	876
Saldo Final	2 263	3 156

A cobertura da carteira de garantias prestadas (ver Nota 31) resume-se conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Garantias prestadas	1 037 415	1 141 999
Provisões	2 263	3 156
Grau de cobertura	0,22%	0,28%

NOTA 27: Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Encargos a pagar		
Custos administrativos	17 414	53 781
Serviços informáticos	9 819	40 762
Serviços de Auditoria e Consultoria	5 375	8 312
Outros custos administrativos	2 220	4 708
Custos com pessoal	20 721	16 650
Passivos de locação	35 992	19 610
Credores diversos		
Setor Público e Administrativo	9 973	10 490
Outros Credores	32 800	3 496
Transferências emitidas a compensar	13 829	1 725
Outras contas de regularização	424 517	18 927
TOTAL	555 246	124 680

Passivos de locação representam o reconhecimento do passivo de locação referente a contratos de arrendamento, em decorrência da adoção da IFRS 16.

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui o montante de 415 milhões de escudos pendentes de liquidação, resultantes de transferências de clientes, os quais foram regularizados no dia útil seguinte.

NOTA 28: Capital

O capital social do Banco ascende a 1.433 milhões de escudos (equivalente a 1.433.000 ações) e encontra-se integralmente realizado, sendo detido em 90% pelo iib Group Holding WLL e em 10% pelo Novo Banco África SGPS, SA.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Capital subscrito	1 433 000	1 433 000
Do qual Ações Ordinárias	1 433 000	1 433 000

NOTA 29: Reservas de Reavaliação

Essa rubrica engloba a reavaliação de títulos, ao justo valor, assim como a reavaliação de ativos tangíveis, nomeadamente equipamentos informáticos, máquinas e ferramentas. Inclui também imparidade de Títulos, pelo método de Other Comprehensive Income (OCI).

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	Movimentos 2022	31.12.2021
Justo Valor de Títulos	108 438	6 750	101 688
Imparidade Títulos - OCI	(70 184)	(494)	(69 690)
Reavaliação Activos não financeiros	233	-	233
Outras Reservas Reavaliação	880	-	880
Imposto Diferido Imparidade Títulos	31 174	15 749	15 425
Imposto Diferido Títulos	(39 758)	(1 515)	(38 244)
TOTAL	30 783	20 491	10 292

NOTA 30: Outras Reservas e Resultados Transitados

Essa rubrica comporta as reservas legais (10%) e outras reservas (90%), originados da transferência dos resultados apurados nos exercícios anteriores, decompondo-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	40 964	(104 289)	(117 583)	(180 908)
Transferência do Resultado para Reservas	19 036	171 326	-	190 362
Outros movimentos	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	60 000	67 037	(117 583)	9 454
Transferência do Resultado para Reservas	33 715	303 439	-	337 155
Outros movimentos	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	93 716	370 476	(117 583)	346 609

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação aplicável ao setor bancário exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

NOTA 31: Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes e compromissos relacionados com a atividade do Banco são registrados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Garantias prestadas	1 037 415	1 141 999
Créditos Documentários	15 798	-
TOTAL	1 053 213	1 141 999

NOTA 32: Transações com Partes Relacionadas

O valor das transações do Banco com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Acionistas								
NOVO BANCO, S.A.	899 106	-	1 863	-	2 348 190	-	258	-
IIBG Holdings WLL	205 072	21 594	-	-	134 751	12 656	-	-
Outras partes relacionadas								
IIB Djibouti	-	17 691	2 824	-	1 269 909	502	26 113	-
IIB Limited (Bahamas)	5 266 242	81 526	152 103	-	6 282 097	1 578 254	93 988	-
TOTAL	6 370 419	120 811	156 789	-	10 034 947	1 591 412	120 359	-

Os ativos em balanço relativos às partes relacionadas, incluídos no quadro acima, referem-se, fundamentalmente, a depósitos e aplicações em moeda estrangeira mantidos junto dessas entidades, os quais são remunerados a taxas correntes de mercado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha a receber o montante de 205 milhões de escudos, decorrentes de pagamentos por conta de outras entidades do grupo.

NOTA 33: Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor do Banco, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2022

Valorizados ao Justo Valor				
Cotações de Mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor	
(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	-	10 237 942	-	10 237 942
Obrigações corporativas	-	62 764	-	62 764
	-	10 300 706	-	10 300 706

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2021

Valorizados ao Justo Valor				
Cotações de Mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor	
(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	-	6 928 227	-	6 928 227
Obrigações corporativas	-	77 372	-	77 372
	-	7 005 599	-	7 005 599

Os ativos e passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de Cotação de Mercado (Nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para esses instrumentos negociados em mercados líquidos.

Métodos de Valorização com Parâmetros/Preços Observáveis no Mercado (Nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como inputs nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado

Métodos de Valorização com Parâmetros não Observáveis no Mercado (NÍVEL 3)

Nesse nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022				Justo valor total
	Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	778 165	-	778 165	-	778 165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	448 945	-	448 945	-	448 945
Aplicações em instituições de crédito	15 607 800	-	15 607 800	-	15 607 800
Crédito a clientes	7 267 348	-	-	7 267 348	7 267 348
	24 102 258	-	16 834 910	7 267 348	24 102 258
Passivo					
Recursos de bancos centrais	9 492 215	-	-	9 492 215	9 492 215
Recursos de outras instituições de crédito	6 319 241	-	-	6 319 241	6 319 241
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 997 695	-	-	14 997 695	14 997 695
	30 809 151	-	-	30 809 151	30 809 151

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2021				Justo valor total
	Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	927 672	-	927 672	-	927 672
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 381 809	-	4 381 809	-	4 381 809
Aplicações em instituições de crédito	10 126 210	-	10 126 210	-	10 126 210
Crédito a clientes	5 402 222	-	-	5 402 222	5 402 222
	20 837 913	-	15 435 691	5 402 222	20 837 913
Passivo					
Recursos de bancos centrais	7 347 331	-	-	7 347 331	7 347 331
Recursos de outras instituições de crédito	5 652 660	-	-	5 652 660	5 652 660
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 061 949	-	-	15 061 949	15 061 949
	28 061 940	-	-	28 061 940	28 061 940

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito

Esses ativos são de muito curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares, as quais não variaram significativamente desde o momento da contratação dos atuais contratos.

Recursos de Bancos Centrais e Recursos de outras Instituições de Crédito

Esses passivos são de curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros Empréstimos

O justo valor desses instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 34: Gestão de Riscos de Atividade

Dadas as incertezas geradas pela pandemia do Covid-19 e o aumento dos riscos afetos à atividade bancária, aliada à contração da economia, tornou-se desafiante mensurar, de forma efetiva, os riscos do Banco, o que impactou diretamente no processo de concessão de novos créditos, na manutenção da qualidade da carteira e conseguir, paralelamente, preservar a solidez e a rentabilidade dos produtos bancários.

O Departamento de Gestão de Riscos, uma das principais linhas de defesa do Banco, tem a função de identificar e monitorar os riscos que ameaçam as atividades, desenvolver ferramentas de mensuração dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites de exposição, visando garantir a adequada cobertura dos riscos e proporcionar aos stakeholders uma visão integral do perfil de riscos da instituição.

As atividades da Gestão de Riscos são regidas por princípios alinhados com a estratégia e o

modelo de negócio do Banco, nomeadamente a independência do Departamento em relação às Unidades de Negócios, o apoio à tomada de decisões eficazes sobre os riscos das atividades e das operações, garantindo sempre o adequado controlo dos riscos.

O modelo de Gestão de Riscos do iibCV está alinhado com as melhores práticas internacionais e em harmonia com a orientação aos níveis de exposição definidos pela Administração, tendo em consideração as exigências e recomendações do Regulador, vertidas no Aviso nº 02/2013.

O Banco está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes do incumprimento, total ou parcial, do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia e é controlado pelo Departamento de Risco Global, à qual compete monitorizar, de forma sistemática, todas as operações contratadas, em interação com as demais unidades do Banco e do Grupo.

Esse método permite identificar, tempestivamente, os principais *triggers* de *default*, possibilitando um adequado acompanhamento do risco da carteira de crédito, dado que a função de gestão de risco de crédito intervém em todos os processos que comportam esse risco, desde a análise, aprovação e contratação das operações de crédito; contabilização das operações; monitorização dos contratos de crédito; identificação dos clientes em risco (*default*); controlo e atualização do valor das garantias recebidas; à conceção de modelos de risco; cálculo de provisões e imparidade da carteira; produção e reporte de dados e estatísticas do crédito, culminando com o processo de recuperação de créditos vencidos.

O acompanhamento da carteira de crédito é contínuo e privilegia a interação entre as equipas envolvidas ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é reforçada pela introdução de sucessivas melhorias, tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo de riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, em parceria com o Grupo.

Já o acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que toca à evolução das exposições de crédito e monitorização das eventuais perdas, é efetuado periodicamente por um comité.

Relativamente à exposição máxima do Banco ao risco de crédito, o quadro abaixo apresenta a posição no final do exercício:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	16 834 910	15 435 691
Ativos financeiros detidos para negociação	901	901
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10 300 706	7 005 599
Ativos com acordo de recompra	1 471 039	1 404 773
Crédito a clientes	7 267 348	5 402 222
Outros ativos	249 125	327 397
Garantias e avales prestados	1 037 415	1 141 999
Créditos documentários	15 798	-
TOTAL	37 177 242	30 718 581

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido da imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem executadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável, a exposição máxima é o montante total de compromissos assumidos.

Em 2022, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

	(Valores expressos em milhares de escudos)			
	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	87 855	11 133	2 167	101 156
Acréscimo/reversão no período	1 377	11 027	(609)	11795
Utilização no período	-	(21 374)	-	(21 374)
Imparidade de crédito final	89 232	786	1 558	91 576

Em 2021, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

	(Valores expressos em milhares de escudos)			
	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	68 779	10 594	2 591	81 964
Acréscimo/reversão no período	36 230	7 466	(299)	43 397
Diferenças cambiais e outras	(17 154)	(7 051)	-	(24 205)
Imparidade de crédito final	87 855	11 009	2 292	101 156

A 31 de Dezembro de 2022 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares - Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade individual	5 621 512	522 636	42 111	6 186 258
Crédito Vencido com Imparidade Individual	1 096 268	33 242	1 604	1 131 115
Inferior a 30 dias	1 053 213	-	1 280	1 054 493
30 a 90 dias	1 556	-	-	1 556
91 a 180 dias	-	-	-	-
181 dias 360 dias	8 063	-	-	8 063
Superior a 360 dias	33 437	33 242	324	67 004
Total	6 717 780	555 878	43 715	7 317 373

A 31 de Dezembro de 2021 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares - Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido, com imparidade	3 623 460	595 432	39 504	4 258 397
Crédito Vencido, com Imparidade	1 173 486	46 967	3 424	1 223 876
Inferior a 30 dias	1 141 999	-	1 115	1 143 114
91 a 180 dias	-	-	33	33
181 dias 360 dias	-	-	1 860	1 860
Superior a 360 dias	31 487	46 967	415	78 868
Total	4 796 946	642 399	42 928	5 482 273

Risco de Mercado

O risco de mercado engloba três riscos diferentes (risco de taxa de juro, de liquidez e cambial) e representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro, como a variação de taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e de mercadorias, volatilidade ou spread do crédito.

A gestão de risco de mercado está integrada na gestão do balanço, com base na política de apetite ao risco. Esse método é responsável por fornecer elementos para a definição de políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da liquidez, da exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

Risco da Taxa de Juro

O risco de taxa de juros resulta de movimentos adversos nas taxas de juro dos elementos da carteira bancária. A estimação da exposição ao risco de taxa de juros implica a classificação de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, por intervalo de

repricing, de acordo com a metodologia do BIS (*Bank for International Settlements*), proposta pelo Banco de Cabo Verde. Para além desse modelo de cálculo, o Banco efetua um *stress test* específico, considerando a hipótese de mobilização massiva de parte dos recursos de clientes.

O nível de risco da taxa de juro do iibCV é pouco expressivo, pelo que as operações decobertura são efetuadas na ótica de mitigação do risco da liquidez e do seu controlo.

O Banco apresenta *repricing gap* global positivo, posição favorável aos resultados, indicando que uma variação positiva nas taxas de juro conduziria a um aumento da margem financeira.

Risco Cambial

O risco cambial advém de alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão de elementos da carteira bancária, expressos em moeda estrangeira, para a moeda base (CVE), ou seja, está associado a moedas com volatilidade de câmbio face ao escudo cabo-verdiano (CVE), com destaque para o dólar americano (USD), cujo valor apresenta maior volatilidade e em relação ao qual o Banco apresenta um *matching* positivo, o que significa, em termos de posição cambial, que possui um maior volume de ativos sensíveis à taxa de câmbio do que passivos, conferindo maior capacidade de cobertura desse risco.

O risco que o Dólar Norte-Americano (USD), representa está coberto a 100% por negociações cambiais (compra/venda de divisas) com outras instituições financeiras, por forma a manter a posição cambial nessa moeda equilibrada ou em níveis mínimos e de risco imaterial, fazendo com que o Banco apresente um perfil global, no que tange à exposição cambial, de baixo risco.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez resulta da potencial incapacidade da instituição em financiar o ativo, quando cumpridas as responsabilidades exigidas nas datas devidas, e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas.

No que tange ao monitoramento, há um controlo contínuo de concentração de depósitos de crédito e conseqüente acompanhamento do rácio de transformação do crédito (LtD), assim como um cálculo diário da posição das diversas moedas, que permite uma permanente quantificação e mitigação do risco de liquidez e de exposição em moeda estrangeira.

O controlo dos níveis de liquidez tem como finalidade manter um nível de disponibilidades passível de fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazos, procurando, de forma sistemática, avaliar a exposição global ao risco de liquidez, através da preparação de informações diárias de *cash-flow*, que permitem, além de identificar os *mismatch* negativos, determinar elementos para efetuar a cobertura atempada dos mesmos.

Da avaliação do risco de liquidez, ficou patente o elevado nível de liquidez global (riscobaixo), apresentando *gap* positivo, o que demonstra a solidez do Banco e capacidade de financiamento das suas atividades. O LtD global de 49% corrobora o nível de recursos que o Banco tem disponível para o cumprimento das suas responsabilidades.

O Banco mantém, atualmente, uma carteira significativa de ativos líquidos ou liquidáveis muito curto prazo, essencialmente concentrados na rubrica de Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 15), para fazer face à natureza e duração dos passivos.

Em 31 de Dezembro de 2022, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	19 460 719	2 098 831	8 327 981	6 604 200	36 491 731
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	778 165	-	-	-	778 165
Disponibilidades em outras instituições de crédito	448 945	-	-	-	448 945
Activos Financeiros detidos para negociação	901	-	-	-	901
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1 063 174	389 240	7 027 931	1 820 361	10 300 706
Ativos com acordo de recompra	1 471 039	-	-	-	1 471 039
Aplicações em instituições de crédito	15 607 800	-	-	-	15 607 800
Crédito a clientes	90 696	1 532 996	1 300 050	4 343 607	7 267 348
Outros ativos	-	176 595	-	440 232	616 827
Passivo	11 163 965	12 642 043	10 470 000	233 131	34 509 138
Recursos de bancos centrais	58 215	1 873 000	7 561 000	-	9 492 215
Recursos de outras instituições de crédito	6 319 241	-	-	-	6 319 241
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 231 263	10 766 432	-	-	14 997 695
Responsabilidades representadas por títulos	-	2 611	2 909 000	-	2 911 611
Passivos Subordinados	-	-	-	233 131	233 131
Outros passivos	555 246	-	-	-	555 246
Garantias Off-balance	245 605	310 731	496 877	-	1 053 213
Diferencial / Gap	8 051 149	(10 853 943)	(2 638 896)	6 371 069	929 380
Diferencial / Gap Acumulado	8 051 149	(2 802 794)	(5 441 689)	929 380	-

Apesar do Gap negativo nos intervalos intermédios, existe, por um lado, tendo por base o comportamento histórico, a expectativa de renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos de clientes à ordem e, por outro, a extinção das responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente a maturidade dos títulos emitidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2021, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	17 575 333	1 356 696	6 800 453	4 070 820	29 803 302
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	927 672	-	-	-	927 672
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 381 809	-	-	-	4 381 809
Activos Financeiros detidos para negociação	901	-	-	-	901
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	77 541	880 340	5 646 289	401 428	7 005 599
Ativos com acordo de recompra	1 404 773	-	-	-	1 404 773
Aplicações em instituições de crédito	10 126 210	-	-	-	10 126 210
Crédito a clientes	656 426	362 940	1 154 163	3 228 691	5 402 222
Outros ativos	-	113 416	-	440 700	554 116
Passivo	4 071 282	17 096 338	154 000	6 865 000	28 186 620
Recursos de bancos centrais	44 092	328 000	154 000	6 865 000	7 391 092
Recursos de outras instituições de crédito	3 902 510	1 756 061	-	-	5 658 571
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	15 012 278	-	-	15 012 278
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Outros passivos	124 680	-	-	-	124 680
Garantias Off-balance	241 499	290 258	610 242	-	1 141 999
Diferencial / Gap	13 262 553	(16 029 900)	6 036 210	(2 794 180)	474 684
Diferencial / Gap Acumulado	13 262 553	(2 767 347)	3 268 864	474 684	-

Risco Operacional

O risco operacional define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou eventos externos, abrangidas nas seguintes tipologias: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A gestão do risco operacional assenta-se em princípios e estratégias definidos pelo Banco, em um código de conduta e em políticas e normas de risco operacional, através da análise de um catálogo dos processos, da comunicação tempestiva dos eventos de risco e a consequente definição de ações de melhoria das deficiências detetadas.

Ao Departamento de Risco Global, enquanto gestor do risco operacional, cabe a identificação, avaliação e reporte dos eventos de riscos ocorridos, de origem interna e externa, e em colaboração com os responsáveis das demais unidades orgânicas, definir e implementar medidas de melhorias de processos e de mitigação dos riscos. A responsabilidade de controlo do risco operacional é partilhada entre todos os colaboradores do Banco, pelo que os mesmos cooperam na monitorização e na identificação dos fatores de risco e das fragilidades dos processos das respetivas unidades, comunicando os incidentes ocorridos ao Departamento de Risco.

No decorrer do exercício ora findo, foram registados reduzidos eventos de risco operacional, relacionados com falhas na execução de processos, com impacto financeiro imaterial no resultado do Banco. Adicionalmente, foram introduzidas melhorias no desenho dos processos e procedimentos e maior eficácia no controlo dos principais indicadores de riscos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O objetivo primordial da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar, no que concerne à gestão de capital, é da competência do Conselho de Administração, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Cabo Verde, que estabelece as regras que a esse nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais que as instituições deverão cumprir, em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, materializado através do Aviso nº 03/2007.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*: Esta categoria inclui, essencialmente, o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis os resultados positivos retidos do período, quando certificados, e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos aos ativos intangíveis e, quando aplicável, as insuficiências de provisões e os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui os montantes aceites pelo Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível a reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras bem como o montante das perdas esperadas para as posições em risco, deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e a parte que excede os limites de concentração de risco de crédito, previsto na alínea d) do nº 12 do Aviso nº 3/2007.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta

forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Complementarmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2022	31.12.2021
Capital realizado	1 433 000	1 433 000
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	9 454	-
Resultados positivos do último exercício	337 155	190 362
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	433 140	337 155
SOMA	2 212 749	1 960 517
Activos intangíveis	(3 700)	(2 854)
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	-	(180 908)
SOMA	(3 700)	(183 762)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO	2 209 048	1 776 755
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS	2 209 048	1 776 755
Empréstimos subordinados e acções preferenciais remíveis	230 000	-
Outras reservas de reavaliação	49 927	15 999
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES	279 927	15 999
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES	2 488 975	1 792 753
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	(43 813)	(28 384)
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO	2 445 162	1 764 370
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS	2 445 162	1 764 370
Activos Ponderados pelo Risco (incluindo extrapatrimoniais)	6 825 793	5 761 417
Rácio de Solvabilidade	35,80%	30,60%

O Banco calcula o Rácio de Solvabilidade de acordo com o Aviso n.º 4/2007, do Banco de Cabo Verde, o qual define o Rácio de Solvabilidade em função da relação entre os fundos próprios e os riscos de mercado (RTC - Risco taxa de câmbio), risco operacional(RO), risco de crédito (RC), com a finalidade de acompanhar a adequação entre o montante dos fundos próprios e os respetivos riscos inerentes ao Banco. Através desse Aviso, o Banco de Cabo Verde estabelece patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelas instituições sujeitas à sua supervisão. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 10%, calculada da seguinte forma:

$$\text{Rácio de Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{(\text{VAPRC} + \text{VAPRTC} + \text{VEAPRO})} \times 100$$

Onde:

VAPRC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, incluindo os elementos extrapatrimoniais, determinados conforme Anexo 1 do Aviso;

VAPRTC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de taxa de câmbio, apurados conforme o Anexo 2 do Aviso;

VEAPRO – Valor equivalente em ativos ponderados pelo risco operacional, apurado conforme o Anexo 3 do Aviso.

NOTA 35 – IFRS Divulgações – Novas Normas 31 de Dezembro de 2022

1. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

a) IFRS 3 (alteração), ‘Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro’

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.

É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes, no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.

A alteração é de aplicação prospetiva.

b) IAS 16 (alteração), ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’

Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.

c) IAS 37 (alteração), ‘Contratos Onerosos – custos de cumprir com um contrato’

Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- d) IFRS 1** (alteração), ‘Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez’ (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

- e) IFRS 9** (alteração), ‘Desreconhecimento de passivos financeiros’ – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimentos efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

- f) IAS 41** (alteração), ‘Tributação e mensuração do justo valor’ (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.

- g) IAS 41** (alteração), ‘Locações – ‘Concessões relacionadas com a Covid-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021’

Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a Covid-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.

Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a Covid-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.

Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

Em suma, o expediente prático pode ser aplicado desde que estejam cumpridos os seguintes critérios:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e
- não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação

2. Normas, Interpretações, emendas e Revisões que entram em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

a) IFRS 17, ‘Contratos de Seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023)

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

b) IFRS 17 (alteração), ‘Contratos de Seguro’ - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9

– Informação comparativa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023)

Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.

A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificados, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

c) IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023)

Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

d) IAS 8 (alteração), 'Definição de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023)

A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas.

e) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023)

A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.

Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados

impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção

3. Normas, Interpretações, emendas e Revisões ainda não Adotadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

a) IAS 1 (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras’ – Classificação de passivos correntes e não correntes

Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “*covenant*”.

No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

b) IFRS 16 (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’

Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“*sale & leaseback*”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos”.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à “venda” parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

NOTA 36 – Eventos Subsequentes

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorre um conflito armado em território ucraniano, cujos contornos e impactos na economia, não mensurados à escala global, refletem, inflação incremental, por via do aumento dos preços da energia e matérias primas. No caso de Cabo Verde, sendo um país fortemente importador de bens e serviços, importa este mesmo efeito inflacionista. Estes efeitos, bem como outros não identificados, poderão afetar a economia cabo-verdiana como um todo, nomeadamente na redução do rendimento disponível dos diversos agentes económicos, empresas e agregados familiares. Também o setor bancário virá, previsivelmente, a ser afetado, com expectável aumento dos custos de financiamento e sinistralidade ao nível do crédito. O iibCV tem vindo a seguir uma gestão conservadora, a qual se mantém, com apetite de risco ajustado ao ciclo económico presente, pelo que, à data, não são esperados impactos futuros na atividade do Banco, para além dos acima descritos.

Importa ainda referir que o período pós-moratória de crédito instituída em Cabo Verde (na sequência do covid-19), como medida de apoio aos agentes económicos, empresas particulares, teve o seu término em 31 de março de 2022, não tendo sido identificados impactos materiais, no que ao iibCV diz respeito. O iibCV mantém uma gestão conservadora, visando a mitigação de riscos (tendo, em concreto, ajustado a perda esperada para um conjunto de clientes, ainda em 2021). Não preconizamos alterações nos procedimentos e estratégia seguida, nem no apetite de risco estabelecido, os quais têm vindo a ser consistentemente seguidos desde 2020.

1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do International Investment Bank, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Acompanhámos, com a profundidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho de Administração do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco, da auditoria interna e *compliance*.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young Audit & Associados – SROC SA Sucursal de Cabo Verde.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço (que evidencia um total de ativo de CVE 36.778.787 milhares e um total de capital próprio de CVE 2 243 531 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 433 140 milhares e as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

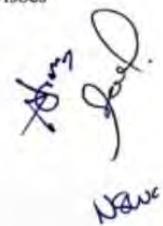
ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos, respeitando os requisitos legais e estatutários da Sociedade;

iv) a Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, emitido sem reservas, com o qual concordamos.

6 De igual modo tomou conhecimento do relatório dos auditores externos sobre as provisões regulamentares mínimas.



Handwritten signatures and initials, including the name 'Néve' written below the signatures.

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório de Auditoria, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove:

- i) o Relatório de Gestão;
- ii) as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas;
- iii) seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultado Líquido no exercício de 2022.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

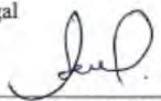
22 de abril de 2023

Presidente do Conselho Fiscal



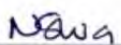

Ildo Adalberto Lima

Vogal



Eunéria Sousa Freitas

Vogal



Nair Cecília Silva

2. Relatório da Auditoria Externa



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria – Complexo Atlético
Apartamento 305 – 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia - Santiago

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do International Investment Bank, S.A. (iibCV), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 36.778.787 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 2.243.531 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 433.140 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do International Investment Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do iibCV de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2022, o iibCV tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 91.576 milhares de CVE, representando 1,26% do valor do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2, 16 e 31).</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">Entendimento e avaliação do desenho dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;

NIF n.º 208871197 - Matrícula na Conservatória dos Registos Comercial e Autónomo de Praia sob o n.º 208871197/2025011122.
Registo inscrito na OPAIC - Ordem dos Profissionais de Auditores e Contabilistas Certificados emitido em 17 de fevereiro de 2022.
A member firm of Ernst & Young Global Limited. www.ey.com

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A Imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do IIBCV sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do IIBCV na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de Imparidade; • seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do IIBCV para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. Apreciamos os julgamentos realizados para refletir os impactos da pandemia COVID-19 em devedores ou sectores individuais; • com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: <ol style="list-style-type: none"> i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos stages 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. • análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do iibCV de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector Bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do iibCV se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o iibCV ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do iibCV.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do iibCV;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do iibCV para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o iibCV descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

19 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes
Pinto**
Num. de identificação: 08530023
Data: 2023.04.19 20:14:04+01'00'



Ana Salcedas
Diretora Geral

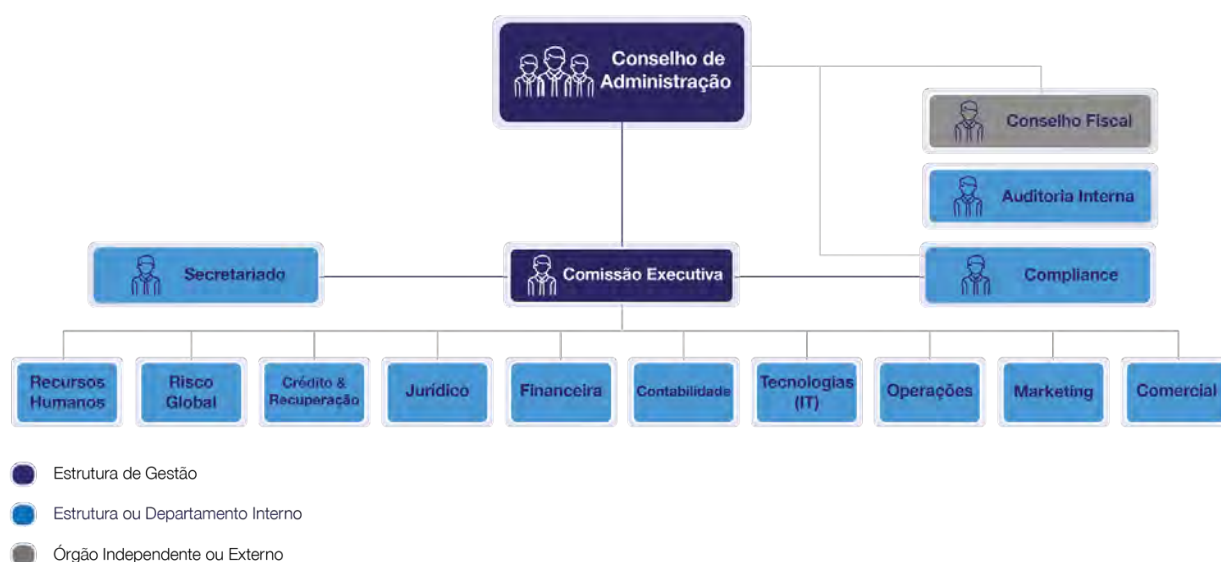
Filipe Brás
Partner

III. Informação sobre o Governo da Sociedade

1 Estrutura Organizacional e Governativa

A estrutura orgânica do Banco é constituída por um Conselho de Administração, formado por sete administradores efetivos e um suplente, e por uma Comissão Executiva de três Administradores, assessorada por um Sistema de Controlo Interno robusto, composto por três áreas-chave: Risco Global, Compliance e Auditoria Interna, ao que acresce o Conselho Fiscal enquanto fiscalizador das atividades da Instituição.

1.1 Organigrama 2022



O Banco está organizado em doze áreas, as quais garantem a operacionalidade da instituição e o cumprimento dos princípios que imperam no sistema financeiro, conforme mostra a figura abaixo:

2 Descrição das Fundações e Responsabilidades de cada Membro do Órgão de Administração da Instituição

No iibCV, prevalece o princípio da aplicação de um conjunto de normas que consagram políticas, regras e procedimentos, de forma transversal a todas as unidades que o integram, sem prejuízo das adaptações que em cada caso sejam necessárias, face às especificidades legais ou regulamentares de cada área em causa.

Nesse contexto, estão estabelecidas competências a um conjunto de departamentos do Banco para, no quadro das suas atribuições, promoverem a aplicação transversal no Banco das Normas Internas em vigor ou que venham a ser adotadas, numa lógica de articulação funcional direta com todas os departamentos. Nesse âmbito, são criados e/ou atualizados normativos que se entendem aplicáveis para o sistema normativo nacional, sendo todos ratificados em sede da Comissão Executiva do Banco.

A Comissão Executiva tem plenos poderes na gestão diária do Banco, cuja atribuição decorre dos estatutos da Sociedade, competindo-lhe exercer os mais amplos poderes de gestão e representação e praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social, sendo, nesse fórum, discutidas e aprovadas as decisões estratégicas de gestão.

A Comissão Executiva tem mandato para constituição de mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecimento.

3 Unidades de Negócios

O iibCV, à semelhança dos demais bancos sistema financeiro nacional, opera, desde a sua criação, numa vertente puramente comercial, oferecendo produtos e serviços a clientes bancários, nomeadamente a particulares e empresas.

3.1 Comercial

O Departamento Comercial tem a seu cargo a dinamização comercial junto de clientes particulares e empresas, ao nível nacional e internacional.

Encarregue de assegurar as condições necessárias para o incremento da atividade comercial, esse departamento sustenta sua estratégia na excelência da seleção, *pricing* e gestão do risco, dentro de um quadro de elevados níveis de eficiência, garantindo um acompanhamento baseado na especialização dos diversos segmentos e na captação e geração de valor, sempre numa perspetiva de plena satisfação dos clientes, por um lado, e de otimização de recursos, por outro.

A excelência é um objetivo constantemente preconizado, através de um posicionamento de proximidade e atendimento personalizado, procurando adequar os seus produtos e serviços às necessidades dos clientes e do mercado.

3.2 Financeiro e Gestão de Ativos e Passivos

O Departamento Financeiro & ALM tem como competência desenvolver e acompanhar a gestão financeira do Banco, bem como a execução do seu plano de financiamento, tendo a seu cargo, igualmente, a gestão da liquidez e a gestão dos riscos de mercado e de liquidez.

Tem como objetivo diversificar os negócios do Banco e alargar a base de clientes e de oferta de produtos e serviços, sendo responsável pelas relações institucionais do Banco, através da gestão e manutenção da rede de Correspondentes e de Parceiros de negócios.

Faz o acompanhamento constante do mercado, criando e atualizando produtos e preços, de acordo com as variáveis fundamentais do mercado e os objetivos do Banco.

4 Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno (SCI), este foca o seu papel em organizar e coordenar métodos e medidas que salvaguardem o património e os interesses do Banco, promovendo a eficiência operacional e conferindo fiabilidade às informações contabilísticas e financeiras. A sua sistematização assenta, essencialmente, na atuação de três áreas que o compõem: Risco, Compliance e Auditoria Interna.

4.1 Risco Global

O Departamento de Risco Global, uma das linhas de defesa e de controlo de risco, tem a atribuição de monitorar os riscos que ameaçam as atividades do Banco (de crédito, operacional, mercado, liquidez e de taxa de juros de balanço), desenvolver ferramentas e metodologias de gestão dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites e emanar recomendações, com o intuito de reduzir o impacto dos riscos no resultado e no capital do Banco.

Para identificar, avaliar e quantificar a exposição e o perfil de risco do Banco são realizadas análises qualitativas e quantitativas, que incluem indicadores de performance, métricas de qualidade da carteira de crédito, identificação de eventos de riscos, execução do “stress test scenario”, consumo de capital, ações de recuperação do crédito vencido, e identificação dos potenciais riscos que possam afetar o plano de negócios e os objetivos do Banco.

As atividades de Gestão de Riscos são desempenhadas de forma independente das demais unidades responsáveis pelo controlo e supervisão de riscos, em conformidade com as recomendações do Banco de Cabo Verde (Aviso nº 02/2013) e com as melhores e mais recentes práticas internacionais.

4.2 Compliance

A Função Compliance, tal como exigido pela regulamentação, caracteriza-se por ser uma função independente, que assume como missão promover o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, operacionais, éticos e de conduta que, a cada momento, são aplicáveis às instituições de crédito, bem como aos seus órgãos sociais, diretores e colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e pelo normativo legal a que se encontram sujeitos.

Enquanto responsável por uma das funções de controlo do Banco, este departamento coopera com as restantes funções de controlo (Risco Global e Auditoria Interna), de modo a acompanhar e avaliar os procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção de lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

O Compliance do iibCV está vocacionado para a deteção e prevenção de atividades passíveis de constituírem lavagem de capitais e financiamento do terrorismo, decorrente diretamente do conhecimento de determinados elementos-chave relativos às transações e suas respetivas contrapartes.

Para o iibCV, é determinante a existência de um quadro de valores, princípios e regras que conduzam as suas ações e os padrões que estabelecem a forma como realiza negócios e exerce a sua atividade. Para este fim, o Banco tem implementados, e em vigor, um Código de Conduta, uma Política de Conflitos de Interesses e as Políticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais.

4.3 Auditoria Interna

A função primordial da Auditoria Interna no processo de gestão de risco é a de fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco da instituição, contribuindo para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que o sistema de controlo funciona eficazmente.

No que diz respeito às funções de Auditoria Interna, no decorrer do ano de 2021, o departamento desenvolveu uma série de atividades, das quais destacam-se, face à sua relevância e impacto na Função de Auditoria Interna (FAI), as seguintes:

- Reforço das competências da auditoria interna através de ações de formação internas e externas;
- Realização de ações de follow-up sobre as deficiências de controlo interno e outras questões de auditoria, que agregam todas as deficiências de controlo interno, no âmbito da elaboração do Relatório do Sistema de Controlo Interno de 2022 (RSCI – 2022);
- Elaboração do Relatório da Função de Auditoria Interna que foi incorporado no RSCI – 2022;
- Realização da ação de formação “Boas práticas de Controlo Interno” a todos os colaboradores do iibCV.

As ações de auditoria realizadas superaram o âmbito do planeamento prospetivado, visando avaliar a eficácia do modelo organizativo, dos circuitos e procedimentos e do sistema de controlo interno implementados no desenvolvimento das várias atividades dos departamentos e processos auditados.

5 Suporte ao Negócio

Toda a atividade do iibCV é suportada por um conjunto de funções e de expertise, relacionadas de forma integrada e transversal, cuja missão é garantir a execução de negócios, do montante à jusante, avaliando a fiabilidade de dados e de informações.

O Suporte ao Negócio é responsável pela satisfação dos pedidos dos clientes e por toda a dinâmica entre estes e o Banco, contribuindo, de forma inequívoca, para a prossecução dos resultados do Banco e, conseqüentemente, para o seu crescimento.

5.1 Tecnologia de Informação

O Departamento de Tecnologias de Informação (IT) tem por missão assegurar o adequado funcionamento do parque tecnológico da instituição, das ferramentas, recursos e serviços de informática, bem como responder às necessidades emergentes a nível de sistemas organizacionais, sejam elas exigidas pelo regulador ou provenientes das áreas internas, e garantir uma melhoria contínua dos sistemas tecnológicos implementados, visando a satisfação das necessidades para o normal desenvolvimento da atividade do iibCV.

O departamento dedicou-se, durante 2021, a processos de melhoria contínua internos, tanto a nível do departamento como interdepartamental, colaborando na implementação de novas soluções e aprimoramento de ferramentas tecnológicas internas, para melhor servir ao cliente.

5.2 Operações

O Departamento de Operações é o responsável pela parte operacional da atividade do Banco, pelo processo efetivo de abertura de contas e pela gestão de cartões, de transferências e de outros meios de pagamento. Igualmente assume a atividade de elaboração e processamento de contratos de financiamento, nas diferentes vertentes, bem como a operacionalização das aplicações de clientes.

Ainda no âmbito das atribuições definidas no modelo de gestão do Banco, este departamento funciona como *backoffice*, ocupando-se das tarefas operacionais ligadas às transações e à relação com os clientes, tornando toda a atividade comercial mais célere e segura.

O principal objetivo do Departamento de Operações é oferecer níveis de excelência na execução operacional, ao menor custo, contribuindo para o crescimento global do negócio do Banco, para a sua rentabilização e para a manutenção da satisfação e fidelização dos clientes.

5.3 Contabilidade

O Departamento de Contabilidade tem como competência a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais do iibCV, nomeadamente reportes regulamentares, reportes ao Grupo.

Tem também como função assegurar as obrigações fiscais, designadamente em sede de impostos, incluindo o cumprimento das obrigações declarativas para os clientes e autoridades fiscais, bem como estabelecer e coordenar os contactos com os auditores externos e consultores fiscais.

É da responsabilidade do departamento a preparação da reconciliação dos movimentos financeiros gerados pelas operações realizadas, proceder à valorização das operações efetuadas e reportar, numa base mensal, as posições e os resultados das diversas carteiras do Banco.

5.4 Recuperação de Crédito

O Departamento de Recuperação de Crédito procura identificar, atempadamente, potencial ou efetivo incumprimento dos clientes a que o iibCV possui exposição de crédito, com a perspetiva de maximizar a sua recuperabilidade, mediante execução de abordagens convencionais e não convencionais. O departamento é, igualmente, responsável pela gestão dos ativos imobiliários do Banco disponíveis para venda.

A gestão prudente da carteira de crédito associada a um foco estratégico no acompanhamento diligente do risco permitiu, numa perspetiva anualizada, manter a tendência de redução do percentual de créditos não-produtivos, passando de 1,47% para 1,03%, o que traduz uma condição mais acomodatória perante um contexto macroeconómico adverso que se possa vir a traduzir nos próximos exercícios.

5.5 Jurídico

O Departamento Jurídico tem como objetivo apoiar a coordenação técnico-jurídica de toda a atividade alusiva ao Banco e a todos os processos que suportam essa atividade.

Presta assessoria jurídica internamente, através da emissão de pareceres e elaboração de contratos e outros documentos jurídicos que se assumam como instrumentos de trabalho e de base à tomada de decisão.

Atua ainda na perspetiva de colaboração com o Departamento de Recuperação de Crédito, no desenvolvimento da ação pré-contenciosa e na definição dos critérios e orientações gerais que lhe respeitam, assegurando o suporte na fase de contencioso.

6 Capital Humano

O Departamento de Capital Humano segue as diretrizes da estratégia do iibCV, tendo como missão fundamental definir, desenvolver e implementar as estratégias e as políticas globais de Capital Humano, de forma a contribuir para a motivação e para os elevados padrões de desempenho por parte dos colaboradores do Banco.

Considerando as especificidades que caracterizam a gestão do Capital Humano, na perspectiva do melhor aproveitamento das competências e desenvolvimento de talentos, e a necessidade de garantir a coerência de políticas e normas, o Departamento tem como função promover uma interligação permanente com todos os departamentos do Banco.

A organização do Departamento envolve o alinhamento dos macros processos de recursos humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, elaboração de contratos de trabalho, controlo de presenças e absentismo, processamento de salários e declarar obrigações fiscais associadas) ao core business do Banco, de forma a maximizar a criação de valor.

| Great Place to Work

Fizemos História!

*Primeira entidade **Great Place to Work**
em Cabo Verde*





international investment bank S.A.

Avenida Cidade de Lisboa, CP 35, Praia, Santiago, Cabo Verde

🌐 iibanks.com/westafrica ☎ +238 260 2626